



2010

Relatório Anual

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD)

CNPB 1973000156

Mensagem da Diretoria

A Valia encerrou 2010 com diversos motivos para comemorar. Não só o bom desempenho financeiro da Fundação, que fechou o ano acumulando um retorno de 18,30% nos seus investimentos, superando com folga a meta atuarial, de 12,85%; mas também o índice de aprovação de 91% apurado na Pesquisa de Satisfação realizada com uma amostra de nossos participantes.

Após um ano de intenso crescimento na economia brasileira e melhora no cenário exterior, os resultados alcançados pela Valia demonstram que as diretrizes traçadas em sua Política de Investimentos estavam na direção correta. Isso reforça o nosso compromisso em traçar estratégias condizentes com a realidade, contribuindo para uma administração mais eficaz dos recursos. O comprometimento também pode ser medido pela evolução do patrimônio líquido, que encerrou 2010 com R\$ 13,63 bilhões, ante R\$ 11,93 bilhões em 2009.

Outro momento que merece ser destacado foi a adesão de seis novos patrocinadores, totalizando 38. Isso significa um maior engajamento das empresas em oferecer aos seus empregados a possibilidade de criar uma poupança previdenciária, reforçando a importância de ter uma reserva financeira que lhe proporcione tranquilidade no momento de sua aposentadoria.

O ano passado deve ser lembrado também pelo empenho em pagar aos aposentados e pensionistas do Plano de Benefício Definido o abono extraordinário do "Fundo de Distribuição do Superávit". A medida, aprovada em novembro pela Superintendência Nacional de Seguridade Social - PREVIC, beneficiou mais de 17 mil pessoas.

Sempre com a prioridade em administrar os planos de benefícios com qualidade, visando oferecer a segurança necessária aos participantes, a Fundação apresenta o resultado de mais um ano de trabalho. Os dados revelam uma gestão que prima pela transparência dos recursos, sendo parte dos nossos valores organizacionais.

A Diretoria.

**Fundação Vale do Rio Doce
de Seguridade Social - Valia**
**Relatório dos auditores independentes e Demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2010**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia ("Entidade" ou "Valia"), que compreendem o ba-

lanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do ativo líquido e do plano de gestão administrativa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre demonstrações contábeis consolidadas

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência

Complementar - PREVIC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis conso-

lidas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia em 31 de dezembro de 2010, e o desem-

penho consolidado de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referidas, no primeiro parágrafo representam os registros contábeis de todos os planos de benefícios sob a responsabilidade da Entidade. Os procedimentos de auditoria foram planejados e executados considerando a posição consolidada da Entidade, e não sobre as informações individuais por plano de benefício, que estão sendo apresentadas em atendimento ao item 17 do Anexo C da Resolução nº 28, de 26 de janeiro de 2009, do Conselho de Gestão da Previdência Comple-

mentar – CGPC e alterada pela Resolução nº1 do Conselho Nacional da Previdência Complementar em 3 de março de 2011.

O exame das demonstrações contábeis da Entidade relativas ao exercício, findo em 31 de dezembro de 2009 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer, com data de 28 de janeiro de 2010, sem ressalvas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

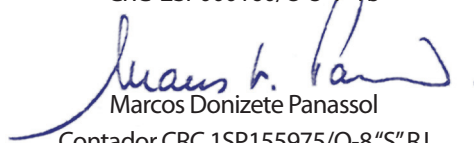
Rio de Janeiro, 17 de março de 2011



PricewaterhouseCoopers

Auditores independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ



Marcos Donizete Panassol

Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Balanco Patrimonial Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2010	2009	Passivo	2010	2009
Disponível	2.697	2.484	Exigível operacional		
Realizável			Gestão previdencial	9.742	1.772
Gestão previdencial	38.532	18.969	Gestão administrativa	8.912	9.448
Gestão administrativa	14.542	22.756	Investimentos	1.241	6.302
Investimentos				19.895	17.522
Títulos públicos	3.455.050	2.860.868	Exigível contingencial		
Créditos privados e depósitos	965.120	689.259	Gestão previdencial	518.535	411.232
Ações	2.711.088	2.410.023	Gestão administrativa	372	266
Fundos de investimento	5.240.634	4.992.980	Investimentos	2.326	2.234
Investimentos imobiliários	500.024	405.796		521.233	413.732
Empréstimos	499.763	375.734	Patrimônio social	13.086.727	11.494.856
Financiamentos imobiliários	69.640	136.503	Patrimônio para cobertura do plano	11.328.795	9.570.749
Outros realizáveis	119.717		Provisões matemáticas		
	13.614.110	11.912.888	Benefícios concedidos	6.784.455	6.069.615
Permanente			Benefícios a conceder	1.565.140	1.298.196
Imobilizado	1.323	1.224		8.349.595	7.367.811
Intangível	9.725	9.514	Equilíbrio técnico		
Diferido			Resultados realizados		
	11.048	10.738	Superávit técnico acumulado	2.979.200	2.202.938
			Reserva de contingência	1.572.121	1.415.490
			Reserva para revisão do Plano	1.407.079	787.448
				2.979.200	2.202.938
			Fundos		
			Fundos previdenciais	1.612.022	1.802.846
			Fundos administrativos	145.910	114.624
			Fundos dos investimentos		6.637
				1.757.932	1.924.107
Total do ativo	13.627.855	11.926.110	Total do passivo	13.627.855	11.926.110

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação - %
1. Ativos	9.892.812	8.870.293	11,53
Disponível	1.002	538	86,25
Recebível	49.143	23.383	110,17
Investimentos	<u>9.842.667</u>	<u>8.835.634</u>	<u>11,40</u>
Títulos públicos	2.958.082	2.463.536	20,07
Créditos privados e depósitos	686.583	528.651	29,87
Ações	2.388.122	2.154.652	10,84
Fundos de investimento	2.967.298	3.050.411	(2,72)
Investimentos imobiliários	438.125	363.714	20,46
Empréstimos	261.447	205.365	27,31
Financiamentos imobiliários	30.843	69.305	(55,50)
Outros realizáveis	112.167		
Permanente		10.738	100,00
2. Obrigações	528.657	426.967	23,82
Operacional	7.953	13.387	(40,59)
Contingencial	520.704	413.580	25,90
3. Fundos não previdenciais	29.743	32.757	(9,20)
Fundos administrativos	29.743	28.381	4,80
Fundos de investimentos		4.376	(100,00)
4. Resultados a realizar			
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<u>9.334.412</u>	<u>8.410.569</u>	<u>10,98</u>
Provisões matemáticas	5.254.175	4.852.239	8,28
Superávit técnico	2.720.623	2.000.508	36,00
Fundos previdenciais	1.359.614	1.557.822	(12,72)

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Demonstração das Mutações do Ativo Líquido Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Varição - %
A) Ativo líquido - início do exercício	11.373.595	9.585.961	18,65
1. Adições	2.655.531	2.804.182	(5,30)
Contribuições previdenciais	396.970	344.231	15,32
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	2.182.911	2.401.459	(9,10)
Receitas administrativas	64.152	44.733	43,41
Resultado positivo dos investimentos - Gestão administrativa	11.498	13.759	(16,43)
2. Destinações	(1.088.309)	(1.016.548)	7,06
Benefícios	(811.250)	(671.330)	20,84
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(88.512)	(58.508)	51,28
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(112.897)	(228.218)	(50,53)
Despesas administrativas	(42.165)	(34.536)	22,09
Resultado negativo dos investimentos - Gestão administrativa	(2.082)	(159)	1.209,43
Constituição de contingências - Gestão administrativa	(117)	(231)	(49,35)
Constituição de fundos - Gestão administrativa	(31.286)	(23.566)	32,76
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	1.567.222	1.787.634	(12,33)
Provisões matemáticas	981.784	515.187	90,57
Superávit técnico do exercício	776.262	1.006.597	(22,88)
Fundos previdenciais	(190.824)	265.850	(171,78)
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	12.940.817	11.373.595	13,78
C) Fundos não previdenciais	145.910	121.261	20,33
Fundos administrativos	145.910	114.624	27,29
Fundos dos investimentos		6.637	(100,00)

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido Por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação %
A) Ativo líquido - início do exercício	<u>8.410.569</u>	<u>7.248.633</u>	<u>16,03</u>
1. Adições	<u>1.750.499</u>	<u>1.947.799</u>	<u>(10,13)</u>
Contribuições previdenciais	27.464	25.932	5,91
Resultado positivo dos investimentos - Gestão previdencial	1.723.035	1.921.867	(10,35)
2. Destinações	<u>(826.656)</u>	<u>(785.863)</u>	<u>5,19</u>
Benefícios	(631.095)	(497.090)	26,96
Resultado negativo dos investimentos - Gestão previdencial	(72.850)	(51.214)	42,25
Constituição de contingências - Gestão previdencial	(112.897)	(228.218)	(50,53)
Custeio administrativo	(9.814)	(9.341)	5,06
3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)	<u>923.843</u>	<u>1.161.936</u>	<u>(20,49)</u>
Provisões matemáticas	401.936	90.128	345,96
Superávit técnico do exercício	720.115	825.675	(12,78)
Fundos previdenciais	(198.208)	246.133	(180,53)
4. Operações transitórias			
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	<u>9.334.412</u>	<u>8.410.569</u>	<u>10,98</u>
C) Fundos não previdenciais	<u>29.743</u>	<u>32.757</u>	<u>(9,20)</u>
Fundos administrativos	29.743	28.381	4,80
Fundos dos investimentos		4.376	(100,00)

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Demonstrações das Obrigações atuariais por Plano de Benefícios

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação - %
Patrimônio de cobertura do plano (1+2)	<u>7.974.798</u>	<u>6.852.747</u>	<u>16,37</u>
1. Provisões matemáticas	<u>5.254.175</u>	<u>4.852.239</u>	<u>8,28</u>
1.1 - Benefícios concedidos	<u>5.250.162</u>	<u>4.849.144</u>	<u>8,27</u>
Benefício definido	5.250.162	4.849.144	8,27
1.2 - Benefício a conceder	<u>4.013</u>	<u>3.095</u>	<u>29,66</u>
Benefício definido	4.013	3.095	29,66
2. Equilíbrio técnico	<u>2.720.623</u>	<u>2.000.508</u>	<u>36,00</u>
2.1 - Resultados realizados	<u>2.720.623</u>	<u>2.000.508</u>	<u>36,00</u>
Superávit técnico acumulado	2.720.623	2.000.508	36,00
Reserva de contingência	1.313.544	1.213.060	8,28
Reserva para revisão de plano	1.407.079	787.448	78,69

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Demonstração dos Planos de Gestão Administrativa Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2010	2009	Variação - %
A) Fundo administrativo do exercício anterior	<u>114.624</u>	<u>91.058</u>	<u>25,88</u>
1. Custeio da gestão administrativa	<u>75.650</u>	<u>58.492</u>	<u>29,33</u>
1.1 - Receitas	<u>75.650</u>	<u>58.492</u>	<u>29,33</u>
Custeio administrativo da gestão previdencial	36.797	32.867	11,96
Custeio administrativo dos investimentos	21.768	11.866	83,45
Taxa de administração dos empréstimos e financiamentos	5.574		
Resultado positivo dos investimentos	11.498	13.759	(16,43)
Outras receitas	13		
2. Despesas administrativas	<u>42.282</u>	<u>34.767</u>	<u>21,62</u>
2.1 - Administração previdencial	<u>28.102</u>	<u>22.887</u>	<u>22,79</u>
Pessoal e encargos	11.621	9.781	18,81
Treinamentos/congressos e seminários	245	103	137,86
Viagens e estadias	629	135	365,93
Serviços de terceiros	6.941	6.354	9,24
Despesas gerais	6.989	4.658	50,04
Depreciações e amortizações	1.529	1.623	(5,79)
Contingências	117	231	(49,35)
Outras despesas	31	2	1.450,00
2.2 - Administração dos investimentos	<u>14.180</u>	<u>11.880</u>	<u>19,36</u>
Pessoal e encargos	7.842	6.835	14,73
Treinamentos/congressos e seminários		1	(100,00)
Viagens e estadias	144	29	396,55
Serviços de terceiros	1.770	2.100	(15,71)
Despesas gerais	4.424	2.915	51,77
3. Resultado negativo dos investimentos	<u>2.082</u>	<u>159</u>	<u>1.209,43</u>
4. Suficiência da gestão administrativa (1-2-3)	<u>31.286</u>	<u>23.566</u>	<u>32,76</u>
5. Constituição do fundo administrativo (4)	<u>31.286</u>	<u>23.566</u>	<u>32,76</u>
6. Operações transitórias			
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+5+6)	<u>145.910</u>	<u>114.624</u>	<u>27,29</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA ("Valia", "Fundação" ou "Entidade"), pessoa jurídica de direito privado, instituída pela Companhia Vale do Rio Doce ("Vale") em 2 de abril de 1973, é uma entidade fechada de previdência complementar privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, multipatrocinada, com múltiplos planos, constituída para funcionar por prazo indeterminado.

Em consonância com as disposições estatutárias e regulamentares, a Entidade tem como finalidade principal con-

ceder benefícios suplementares, ou assemelhados aos da Previdência Oficial, a que têm direito os participantes e respectivos beneficiários.

Os recursos de que a Fundação dispõe para fazer face aos seus compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos patrocinadores e dos participantes, inclusive assistidos e dos rendimentos resultantes do investimento desses recursos. Os planos administrados pela Fundação e seus patrocinadores são os seguintes:

Plano de Benefício Definido ("Plano BD")

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.; e
- Celulose Nipo-Brasileira - CENIBRA S.A.

Plano de Previdência - Cenibra

- CENIBRA - Celulose Nipo-Brasileira S.A.

Plano de Benefícios - FCA

- Ferrovia Centro-Atlântica S.A.

Plano de Benefícios - VALE MAIS

- Vale S.A. (*);
- Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA;
- LOG-IN Logística Intermodal S.A. (**);
- Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social - FVRD;
- Florestas Rio Doce S.A.;
- Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO;
- Companhia Italo-Brasileira de Pelotização - ITABRASCO;
- Companhia Hispano-Brasileira de Pelotização - HISPANOBRAS;
- Minas da Serra Geral S.A.;
- Celulose Nipo-Brasileira S.A. - CENIBRA;
- CADAM S.A.;
- Minerações Brasileiras Reunidas S.A. - MBR;
- Ferrovia Norte e Sul S.A.;
- Mineração Paragominas;
- Salobo Metais S.A.;
- Vale Florestar S.A.;
- Vale Óleo e Gás S.A.; e
- Vale Soluções em Energia S.A. - VSE.

Plano de Benefícios - VALIAPREV

- Pará Pigmentos S.A.;
- Nova Era Silicon S.A.;
- Urucum Mineração S.A.;
- Companhia Paulista de Ferroligas;
- Vale Manganês S.A.;
- Samarco Mineração S.A.;
- Plano de Assistência a Saúde do Aposentado da CVRD - PASA;
- Valesul Alumínio S.A.;
- Cia. Portuária Baía de Sepetiba;
- Terminal de Vila Velha S.A. - TVV;
- Kaserge Serviços Gerais S.A. - KSG;
- Serviços de Operação, Manutenção e Montagem Ltda. - MSE;
- Cia. Coreano-Brasileira de Pelotização - KOBRASCO;
- Instituto Ambiental Vale;
- Vale S.A. (*);
- Conselho Empresarial Brasil China - CEBC;
- Bozel Mineração S.A.;
- Albrás Alumínio Brasileiro S.A.;
- Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A.;
- Mineração Corumbaense Reunida S.A.;
- Mineração Naque S.A. (**); e
- Valesul Alumínio S.A.

Observações:

(*) A Vale S.A. na qualidade de incorporadora das empresas: Rio Doce Geologia e Mineração S.A. - DOCEGEO; Caemi Mineração e Metalúrgica S.A.; Mineração Onça Puma Ltda. e Ferteco Mineração S.A.

(**) Log-in Logística Intermodal S.A. na qualidade de incorporadora da DCNDB Overseas e Navegação Vale do Rio Doce S.A. - DOCENAVE.

(***) Mineração Naque S.A. na qualidade de incorporadora Sociedade Mineira de Mineração S.A.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução do Conselho Gestor da Previdência Complementar - CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, alterada pela Resolução nº1 do Conselho

Nacional da Previdência Complementar em 3 de março de 2011, Instrução da Secretaria de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela VALIA são apresentadas a seguir:

a) Resultado das operações

Segundo regulamentação vigente, o resultado é apurado em observância ao princípio de competência, no qual as receitas e as despesas são registradas independentemente da sua efetiva realização, com exceção da receita de contribuições de autopatrocinados, cuja escrituração é feita com base no regime de caixa.

b) Registros contábeis

Os registros contábeis são realizados separadamente, por plano

de benefícios, gerando balancetes contábeis individualizados.

c) Investimentos

Os rendimentos gerados pelos investimentos são contabilizados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Conforme determinação da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, quando a administração julga necessário é constituída provisão para cobrir possíveis perdas nesses investimentos. Esses ativos são demonstrativos líquidos das respectivas provisões para perdas, quando aplicável.

Títulos públicos, Créditos Privados, Depósitos e Fundos de Investimentos

As operações com créditos privados, depósitos e fundos de investimentos, de acordo com a Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, inclusive os constantes nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Fundação, são registrados inicialmente pelo valor de aquisição e classificados nas seguintes categorias:

- i. Títulos para negociação.
- ii. Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer até a data de vencimento, são classificados na categoria "Títulos para negociação" e estão ajustados pelo valor de mercado. Os títulos, exceto as ações não resgatáveis,

para os quais haja a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção até o vencimento, são classificados na categoria "Títulos mantidos até a data do vencimento" e estão avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Os investimentos efetuados no mercado de renda fixa (títulos do governo federal, em instituições financeiras e em títulos de empresas) incluem juros e variação monetária, apropriados em função do tempo decorrido até a data do balanço. O ágio e o deságio na compra de títulos são amortizados *pro rata die*, durante o período da aquisição até a data de vencimento do título.

Os fundos de renda fixa e renda variável estão avaliados pelo valor da quota, calculados pelos respectivos gestores, tomando por base variações de mercado.

Ajuste a valor de mercado

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos são adotados os seguintes critérios:

Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Certificados de depósitos bancários, pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado de juros.

Ações

As ações estão registradas pelo valor de aquisição, acrescidas das despesas de corretagens e outras taxas incidentes, avaliadas pelo valor de mercado, considerando a cotação de fecha-

mento do último dia do mês em que tenha sido negociada em bolsa. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do exercício.

Investimentos imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados ao custo de aquisição, atualizado pelos valores indicados nos laudos de reavaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa anual de 2% para os prédios e 10% para as insta-

lações ou de acordo com o prazo de vida útil remanescente estabelecido no laudo de reavaliação. A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício, na rubrica de receitas de investimentos imobiliários, na gestão de investimentos.

Empréstimos e financiamentos

Os Empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As taxas aplicadas foram deter-

minadas por normas internas, atendendo o mínimo previsto no artigo 38, da Resolução BACEN nº 3.846, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Resolução BACEN nº 3.846, de 25 de março de 2010.

d) Permanente

O ativo permanente contempla os registros do Imobilizado e Intangível, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações, ambos corrigidos monetariamente até dezembro de 1995, quando deixou de existir a correção monetária. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil dos bens, conforme taxas definidas na legislação em vigor.

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, o saldo registrado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2009, foi relocado no ativo intangível.

e) Exigível contingencial

O exigível contingencial é registrado pelo montante de perda considerada provável, de acordo com informações

obtidas dos assessores jurídicos, observada a sua natureza e atualizado até a data do balanço.

f) Patrimônio Social**Patrimônio de cobertura do plano**

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas pelos atuários externos e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos do Plano BD representam o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos e seus beneficiários.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos dos demais planos estão representadas por: (i) o valor atual dos compromissos líquidos futuros com o pagamento dos benefícios aos participantes já assistidos em renda mensal vitalícia e seus beneficiários; e (ii) pelo saldo de conta de saque programado para os participantes assistidos com benefício nesta modalidade.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder do Plano BD representam a diferença entre compromissos futuros com o pagamento de benefícios aos participantes ainda não assistidos e seus beneficiários e o valor atual das contribuições futuras a serem recolhidas por patrocinadores e por estes participantes.

Nos demais planos, as provisões matemáticas de benefícios a conceder representam os saldos das contas totais dos participantes, ainda não assistidos, acrescidos do total do saldo de conta de contribuições destinadas ao financiamento do saldo de conta projetado para os casos de incapacidade ou morte em atividade ou, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

No Equilíbrio Técnico, estão registrados os resultados acumulados obtidos pelos planos de benefícios previdenciais. Até o limite de 25% em relação às provisões matemáticas, tal valor é registrado como "reserva de contingência".

Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2010 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.612.022 (R\$ 1.802.846 em 2009).

Fundo administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de investimento - Foi constituído para fazer face à possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos). O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

g) Demais ativos e passivos

Os demais ativos e passivos são registrados pelo regime de competência.

h) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. As provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial, as provisões matemáticas e os fundos estão sujeitos a essas estimativas e premissas, e sua liquidação poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa essas estimativas e suas premissas periodicamente.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

4. Demonstrativo da carteira de investimentos

Os ativos de investimento dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	2010	2009
Renda fixa		
Títulos de responsabilidade do Governo Federal	3.455.050	2.860.868
Aplicações em instituições financeiras	501.063	415.403
Títulos de empresas	464.057	273.855
Fundos de investimentos	3.945.882	3.779.084
	<u>8.366.052</u>	<u>7.329.210</u>
Renda variável		
Mercado de ações à vista	2.666.401	2.330.226
Fundos de investimentos	1.024.957	1.033.339
	<u>3.691.358</u>	<u>3.363.565</u>
Investimentos estruturados		
Fundos de participação	236.705	147.795
Fundo Imobiliário	33.090	32.763
	<u>269.795</u>	<u>180.558</u>
Investimentos no exterior		
Ações	44.687	79.797
Investimentos imobiliários		
Em construções	112.091	44.607
Edificações	387.933	351.577
Direitos em alienações de investimentos imobiliários		9.612
	<u>500.024</u>	<u>405.796</u>
Operações com participantes		
Empréstimos	499.763	375.734
Financiamentos imobiliários	69.640	136.503
	<u>569.403</u>	<u>512.237</u>
Outros realizáveis		
OFND	119.717	
Total	<u>13.561.036</u>	<u>11.871.163</u>

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

4.1. Títulos e valores mobiliários classificados para negociação e vencimento

Em consonância com o artigo 8º da Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC nº 4 de 30 de janeiro de 2002, demonstramos abaixo os títulos classificados nas categorias mantidos até o vencimento e os marcados a mercado, detalhados por tipo e prazo.

	Mantidos até o vencimento		Negociação
	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Investimentos			
Títulos Federais			
Notas do Tesouro Nacional-B	4.264.027	3.812.250	367.039
Notas do Tesouro Nacional -C	1.748.587	1.399.948	
Notas do Tesouro Nacional -F	216.141	215.290	92.387
Letras do Tesouro Nacional			43.377
Letras Financeiras do Tesouro	113.507	113.531	173.366
	6.342.262	5.541.019	676.169
Títulos privados			
Certificado de Depósito Bancário - CDB	192.953	185.905	466.370
Debêntures	875.612	859.628	21.599
Operações compromissadas	43.554	43.554	526.087
Fundo de Investimento em Direito Creditório			12.369
Letra Financeira Subordinada	54.996	50.025	
	1.167.115	1.139.112	1.026.425
	7.509.377	6.680.131	1.702.594
Por prazo de vencimento			
A vencer em 360 dias (2010)	279.398	278.145	869.804
A vencer entre 361 e 1.080 dias (2011/2012)	437.569	440.233	681.506
A vencer a partir de 1.081 dias (2013 em diante)	6.792.410	5.961.753	151.284
Total	7.509.377	6.680.131	1.702.594
Total			8.382.725
CDB Fundo Rauta (i)			(8.120)
NTNC-garantia			(8.412)
Caixa/provisões fundos			(141)
			8.366.052

(i) Este título compõe a carteira do fundo exclusivo Rauta que contabilmente está classificado como de renda variável.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA tem capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", estando assim em conformidade com o artigo 9º, da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 8, de 19 de junho de 2002.

Em dezembro de 2010, houve reclassificação de títulos. Os seguintes títulos foram reclassificados de "vencimento" para "negociação":

NTN-B 15/05/2045
Quantidade: 61.750
Data da compra: 15/04/2009
Taxa: 7,05%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 132.341.357,53

NTN-F 01/01/2012
Quantidade: 45.000
Data da compra: 17/03/2008

Taxa: 13,06%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 46.373.292,27

NTN-F 01/01/2012
Quantidade: 11.150
Data da compra: 11/10/2006
Taxa: 13,77%
Plano BD
Valor Atual: R\$ 11.490.271,31

As reclassificações supracitadas têm como objetivo prover liquidez ao plano BD para o pagamento do "abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)", aprovado pela PREVIC em novembro de 2010.

Em atendimento ao artigo 2º da Resolução CGPC nº 22 de 25 de setembro de 2006, as ações da Ferrovia Centro Atlântico - FCA, no montante de R\$ 133.151, têm seus valores baseados nos contratos das operações e as ações da GTD, no montante de R\$ 1.065, está registrada pelo valor patrimonial. Os referidos títulos estão registrados no gru-

po de renda variável. Essas ações não foram negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado por período superior a seis meses.

As ações da Clep (Project Finance), registradas no grupo de renda variável, no montante de R\$ 17.107, foram negociadas em dezembro de 2009, através de contrato de exercício de opção de compra de ações. Esta operação gerou um contas a receber na Fundação, o qual a liquidação será em 5 anos através de pagamentos semestrais. Os rendimentos serão apropriados em conta de resultado mensalmente.

4.1.1. Outros realizáveis - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do Índice de Preços ao Consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para a realização, pela União, de investimentos de capital necessários à dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFND's, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por

empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas.

A ABRAPP obteve decisão transitada em julgado, em 24 de setembro de 2008, no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber, corrigidos monetariamente, para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, a Valia contratou um perito para mensurar o valor atualizado da ação. O cálculo foi revisado e aprovado pela administração. Desta forma, a Entidade, apoiada pela avaliação de consultores jurídicos externos, efetuou o registro do valor a receber decorrente desse processo, em função de se tratar de uma ação com o mérito transitado em julgado e por ter uma mensuração confiável do valor atualizado da ação utilizando índices legais e disponíveis no mercado. Adicionalmente, até a presente data, a administração não identificou indícios que coloquem em dúvida a recuperação desse ativo.

5. Reavaliação dos imóveis

A Fundação procedeu à reavaliação da carteira imobiliária, em julho de 2010. A reavaliação foi realizada pela Analítica - Engenharia de Avaliações Ltda, cujo parecer foi emitido pelo engenheiro civil Paulo Roberto Furtado Junger - CREA 46.053-D-RJ. Foi adotado o método comparativo de dados de mercado, segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Os aumentos nos resultados dos exercícios foram de R\$ 46.060 em 2010 (R\$ 44.837 - 2009), conforme detalhado a seguir:

Imóvel	Aumento no resultado do exercício	
	2010	2009
Imóveis de uso próprio	1.483	495
Imóvel locado às patrocinadoras	12.946	7.729
Locados a terceiros	31.631	36.613
	<u>46.060</u>	<u>44.837</u>

6. Provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa

Em conformidade com o Item 11, Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Fundação constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para fazer face à eventual inadimplência da carteira de empréstimos e da carteira de investimentos imobiliários. No que tange a car-

teira de empréstimos, o valor da provisão é de R\$ 51.078 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 18.923 - 2009). Com relação à inadimplência referente aos aluguéis, e outros direitos a receber da carteira imobiliária, a provisão é de R\$ 12.468, em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 12.395 - 2009).

7. Realizável da gestão administrativa

Registra-se nessa rubrica os adiantamentos concedidos aos funcionários (13º salário, salários, férias) e outros, que serão regularizados futuramente.

8. Ativo permanente

A VALIA realizou o inventário físico dos bens do ativo permanente compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, em consonância com a Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

9. Custeio administrativo

A rubrica Custeio Administrativo na gestão previdencial e de investimentos representa os recursos transferidos a gestão administrativa para a cobertura dos custos administrativos daquelas gestões.

Atendendo à determinação legal contida nas Resoluções CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, as receitas administrativas da Fundação são de-

bitadas aos Planos Previdenciais, em conformidade com o plano de custeio vigente.

O critério de rateio entre os planos de benefícios é feito tomando por base a massa de participantes de cada plano de benefício, em relação ao custo total das despesas administrativas.

No que tange ao rateio por gestão (Previdencial e Investimentos), este é realizado em função dos centros de custos específicos.

10. Exigível contingencial

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da entidade. A Valia adota como critério para o registro dessas contingências provisionar somente as ações consideradas, pelo advogado, como perda provável e com decisão judicial em segundo grau.

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos conforme detalhamento a seguir.

Os processos de natureza previdencial são basicamente ações de ex-participantes, que estão pleiteando as diferenças decorrentes de atualização monetária de suas reservas de poupança e de participantes que estão pleiteando equivalência dos bene-

fícios ao salário mínimo (artigo 58 do Ato Declaratório das Disposições Constitucionais Transitórias), bem como ganhos reais. Em 2010, houve um acréscimo de R\$ 113.000 na despesa.

Os processos de natureza administrativa referem-se a ações reclamationárias promovidas por ex-empregados da Fundação.

Quanto aos processos do programa de investimentos, estes são decorrentes de ações relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto de Transmissão de Bens Intervivos (ITBI), movidos contra a prefeitura do Rio de Janeiro.

Segue abaixo a composição das contingências em 31 de dezembro:

	2010	2009
Programas		
Previdencial	518.535	411.232
Administrativo	372	266
Investimentos	2.326	2.234
	<u>521.233</u>	<u>413.732</u>

11. Exigível atuarial

As provisões matemáticas consignadas nos balanços de 2010 e 2009 referem-se à avaliação atuarial realizada pelos atuários independentes: VMC Consultoria Atuarial, Bhering - Consultoria e Proje-

tos Ltda. e Mercer Human Resource Consulting. Conforme parecer atuarial, as hipóteses e métodos utilizados na avaliação são apropriados e atende a Resolução CGPC nº 18 de 25 de março de 2005.

Benefício concedido

Em relação ao Plano BD, essa provisão consiste na diferença entre o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões; e o valor atual das contribuições que por eles venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

Em relação aos demais planos, correspondente a modalidade de renda mensal vitalícia é o valor atual dos encargos assumidos pela Valia em relação aos assistidos em gozo de rendas iniciadas de aposentadoria, incapacidade, benefício por morte e benefício proporcional diferido. No caso de saque programado, a provisão matemática de benefícios concedidos é o saldo de conta total do participante.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Benefício a conceder

Em relação ao Plano BD, é a diferença entre o valor atual dos encargos a serem assumidos pela Valia, em relação aos participantes que ainda não estejam em gozo de rendas de complementações de aposentadorias e pensões, e o valor atual das contribuições que por eles e pelos patrocinadores venham a ser recolhidas à Valia para a sustentação dos referidos encargos, de acordo com o plano de custeio em vigor.

No caso dos demais planos, refere-se ao saldo das contas previdenciárias dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício de prestação continuada, acrescido do total do

saldo da conta de contribuição destinada ao financiamento do saldo da conta projetado, para os casos de incapacidade ou morte em atividade e, ainda, do resíduo do saldo de conta que estiver sendo pago na forma de resgate parcelado.

A avaliação atuarial foi procedida com base nas hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o regulamento de cada plano.

Composição das reservas matemáticas (passivo atuarial) é:

	2010	2009
Benefícios concedidos		
Contribuição definida	56.097	39.702
Benefício definido	6.728.358	6.029.913
	6.784.455	6.069.615
Benefícios a conceder		
Contribuição definida	1.199.821	971.295
Saldo de contas - parcela patrocinador(es) / instituidor(es)	484.107	391.444
Saldo de contas - parcela participantes	715.713	579.851
Benefício definido	365.320	326.901
	1.565.140	1.298.196
	8.349.595	7.367.811

Abaixo descrevemos as hipóteses utilizadas na avaliação de 2010.

Plano de Benefício Definido

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a.
Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Plano Vale Mais

Subplano benefício proporcional

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios já concedidos.

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a.
Rotatividade - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.
Crescimento salarial - 3% a.a. para os participantes até 47 anos.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.
Nível de inflação anual - 3% a.a. para os benefícios vitalícios já concedidos.

Plano FCA

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano Valiaprev

Subplano risco

Tábua de mortalidade - AT-83.
Tábua de entrada em invalidez - Álvaro Vindas agravada em 3,0.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Subplano renda

Tábua de mortalidade - AT-83.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

Plano CENIBRA

Tábua de mortalidade - AT-83, desagravada em 10 anos.
Taxa de juros anual - 6% a.a.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Em decorrência das premissas acima, o impacto no resultado da gestão previdencial - constituições/reversões de provisões atuariais estão demonstrados abaixo:

	Benefícios concedidos	Benefícios a conceder	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2009	5.694.069	1.158.555	6.852.624
Apropriação ao resultado	375.546	139.641	515.187
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.069.615	1.298.196	7.367.811
Apropriação ao resultado	714.840	266.944	981.784
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.784.455	1.565.140	8.349.595

12. Fundos

Os fundos são constituídos tomando por base a sua natureza e finalidade. A Valia consignou em seu balanço os seguintes fundos:

Fundo Previdencial - Os saldos apresentados no balanço de 2010 referem-se aos Fundos para Desvios de Sinistralidade e Alterações de Hipóteses; Fundo Valesul; Fundo Cenibra e Fundo de distribuição de Superávit calculados pelos atuários, no valor de R\$ 1.612.022 (R\$ 1.802.846 em 2009).

Fundo Administrativo - Este fundo é constituído em função do resultado positivo obtido por meio da apuração de

receitas e despesas da Gestão Administrativa. Este fundo tem por finalidade garantir a manutenção da estrutura administrativa.

Fundo de Investimento - Foi constituído para fazer a possível inadimplência dos contratos de mútuo (empréstimos).

O saldo deste fundo é remunerado por meio da rentabilidade dos investimentos auferida mensalmente.

As mutações estão demonstradas como segue:

	Gestão previdencial	Gestão administrativo	Gestão Investimentos	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2009	1.536.996	91.058	1.657	1.629.711
Formação de fundos	265.850	23.566	4.980	294.396
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.802.846	114.624	6.637	1.924.107
Formação/(reversão) de fundos	(190.824)	31.286	(6.637)	(166.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.612.022	145.910		1.757.932

13. Distribuição de superávit

Em março de 2010, a PREVIC aprovou as alterações do Regulamento do Plano BD, considerando as adaptações ao disposto na Resolução CGPC nº 26/2008 e Instrução SPC nº 28/2008, que estabeleceram a permanência do percentual de 25% aplicado sobre a suplementação líquida mensal de janeiro de cada ano. Este critério perdurará enquanto existirem recursos no Fundo de Distribuição do Superávit.

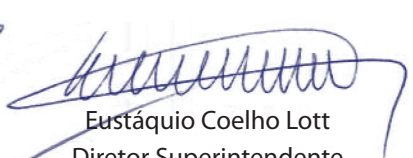
Após a publicação, em novembro de 2010, da aprovação regulamentar pela PREVIC, adicionalmente ao pagamento supracitado, no mês de junho de cada exercício, em caráter extraordinário e transitório, enquanto perdurar o “Fundo de Distribuição do Superávit”, será pago um abono correspondente a três vezes o valor do benefício líquido de contribuição para a Valia, denominado “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

Após a aprovação desta alteração regulamentar pela PREVIC, foi pago na forma prevista, em uma única vez, um abono, denominado “abono extraordinário de distribuição de superávit (art. 20 da LC 109/2001)”, calculado na forma e critérios previstos na denominação do “abono de distribuição de superávit (artigo 20 da LC 109/2001)”.

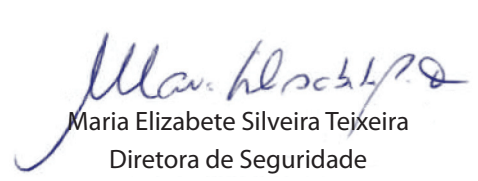
Na avaliação atuarial do exercício de 2010, realizada pelo consultor atuarial externo, também foi processado, para fins de análise, estudo atuarial utilizando as hipóteses mínimas estabelecidas no artigo 9 da Resolução CGPC nº 26/2008. Considerando essas premissas não há constituição de Reserva Especial para Revisão do Plano, tendo por base o mês de julho de 2010 (data-base da avaliação atuarial). No entanto, a referida avaliação atuarial, projetada para dezembro de 2010, indica a possibilidade da Constituição de Reserva Especial de R\$ 450.000.



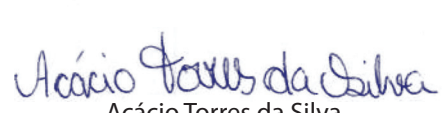
Maurício da Rocha Wanderley
Diretor de Investimentos e Finanças
C.P.F. 001.911.777-92



Eustáquio Coelho Lott
Diretor Superintendente
C.P.F. 042.004.896-00



Maria Elizabete Silveira Teixeira
Diretora de Seguridade
C.P.F. 860.851.237-87



Acácio Torres da Silva
Contador - CRC-RJ 094.554/O-1
C.P.F. 077.418.697-60

**COMENTÁRIOS SOBRE RENTABILIDADE
PLANO BD**

O ano de 2010 foi marcado por muita oscilação dos mercados em consequência de dados conflitantes sobre a retomada do crescimento nos EUA, Europa e Japão, bem como sobre a manutenção do alto crescimento da China e países emergentes. Além disso, a crise fiscal e da dívida soberana na Europa atingiram países como a Grécia e Irlanda, e ameaçam países como Portugal, Espanha e Itália. Esse fato exigiu forte apoio do Banco Central Europeu e do FMI para socorrer esses países.

No Brasil os efeitos também foram sentidos, só que em menor magnitude, dado o forte crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento significativo dos gastos governamentais. Os juros aumentaram 2%, ao longo do ano, saindo de 8,75% para 10,75% ao ano, para fazer frente à pressão inflacionária. Diante desta política de juros mais altos e da injeção de maior liquidez na economia americana pelo FED, o ano foi de continuidade da entrada de recursos de investidores internacionais no país, levando o dólar a uma desvalorização no ano de -4,31%, frente ao Real, mesmo com a adoção de medidas pelo Banco Central para segurar o câmbio.

Diante deste cenário, o Plano BD acumulou ao final de 2010 um retorno de 19,76%, superando com folga a meta atuarial medida pelo INPC + 6% a.a. de 12,85%. Este resultado encontra-se alinhado com o retorno médio do Plano de 20,87% nos últimos 11 anos.

O forte crescimento da economia em 2010, aliado à elevação de preços de alimentos, *commodities* internacionais, transportes, educação, dentre outros, levaram a inflação brasileira a subir expressivamente e à conseqüente alta da taxa de juros básica da economia, a Taxa Selic. A inflação medida

pelo índice INPC subiu 6,47% no ano, enquanto que o índice IGP-M elevou-se em 11,32%. Neste contexto, a rentabilidade da Carteira de Renda Fixa do Plano foi beneficiada por seu elevado percentual de títulos indexados à inflação, especialmente a porção atrelada ao índice IGP-M, acumulando um retorno de 18,42% em 2010.

A carteira de ações do Plano BD apresentou retorno no ano de 19,80%, frente a uma valorização de apenas 1,04% do Ibovespa, o principal índice de ações do mercado brasileiro. Este expressivo desempenho acima do índice se deveu principalmente à rentabilidade advinda da Carteira Estratégica de ações, com destaque para o desempenho de empresas como BR Foods, BR Malls, Dasa e Vale.

O segmento de Investimentos Estruturados, que engloba os investimentos em fundos de participações e imobiliários, apresentou retorno de 6,79%, condizente com o período inicial de investimentos uma vez que os expressivos retornos esperados para este segmento concretizam-se no longo prazo, após o período de maturação dos fundos. Já o segmento de investimentos no exterior, composto apenas por BDRs (Brazilian Depositary Receipts) da empresa GP Investimentos, apresentou retorno negativo no ano de -25,10%, porém com perspectivas de valorização futura.

A Carteira Imobiliária em 2010, considerando os imóveis em construção (Cidade Jardim e Rio Office Tower), acumulou rentabilidade nominal de 21,01%. Os ativos imobiliários que compõem a Carteira absorveram uma valorização patrimonial expressiva, precificando um contínuo movimento positivo do mercado. A taxa de vacância da Carteira fechou o ano no patamar de 1%.

2010

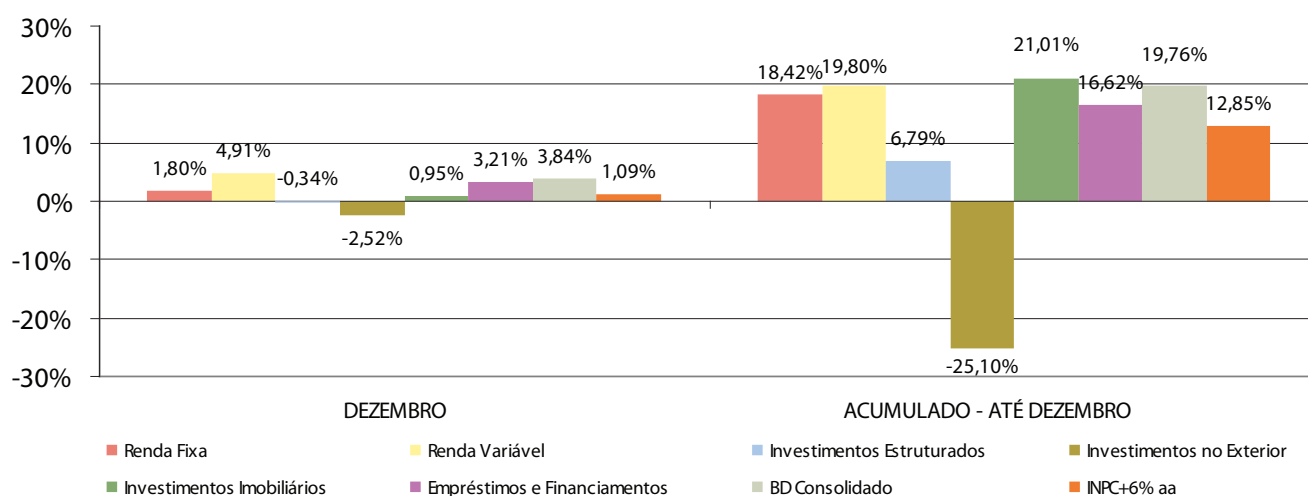
Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Já a Carteira de Empréstimos apresentou retorno nominal no ano de 16,62%, superando também a meta atuarial. Em junho, o novo sistema de empréstimos entrou em produção, permitindo à Valia a criação de novas modalidades e regras.

Demonstrativo de Investimento - Plano BD 2010



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2011

O presente documento visa estabelecer as diretrizes de investimento plurianual que a Valia adotará com foco para o ano de 2011, revisando as premissas adotadas nos cenários de médio e longo prazo da Fundação. Essas diretrizes têm

por referência o cenário macroeconômico de curto, médio e longo prazo (horizonte de 10 anos) e o ALM – Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos) revisado em novembro de 2009.

Premissas Macroeconômicas para 2011

Acredita-se que o ano de 2011 será de continuidade da recuperação das economias mundiais, cujo crescimento deverá se aproximar à média dos últimos anos, no entanto, com uma contribuição maior dos países emergentes neste crescimento. O cenário externo, aliado à manutenção de uma demanda interna aquecida, a evolução real de renda e a disponibilidade de crédito criam um ambiente favorável à manutenção do crescimento da economia brasileira em 2011. O crescimento acentuado da demanda interna em 2010, combinado com a alta de preços de

serviços e *commodities*, vem pressionando a inflação. Para manter a inflação sob controle em 2011, esperam-se novas elevações da taxa básica de juros Selic. O Brasil deverá continuar a receber investimentos externos, em função principalmente de oportunidades relacionadas à exploração do petróleo no pré-sal e à necessidade de maior infraestrutura para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os investimentos externos no Brasil deverão manter a taxa de câmbio em níveis baixos, com leve apreciação no decorrer do ano.

As principais premissas assumidas na alocação dos ativos da Valia para o ano de 2011 são as seguintes:

Variável	Indicador	Premissa
Inflação	IGP-M	6,00%
Inflação	IPCA	5,50%
Taxa de Juros	SELIC (Média)	11,90%
Taxa de Juros	SELIC (Final de ano)	12,25%
Atividade Econômica	PIB	4,40%
Câmbio	R\$/US\$	1,79
Bolsa de Valores	Ibovespa*	17,0%

Fonte: Tendências Relatório de Dez/2010 e Valia (Ibovespa).

Os cenários macroeconômicos de curto e longo prazo para a economia brasileira que fundamentam esta Política de Investimentos, tem como base os cenários macroeconômi-

cos elaborados pela Valia, pela Tendências Consultoria, pelo Focus-Bacen e pelas instituições financeiras. O cenário de longo prazo cobre um horizonte de 10 anos.

Macroalocação do Plano de Benefício Definido (BD)

A proposta de alocação tem como fundamento o estudo de ALM – Gerenciamento de Ativos e Passivos revisado pela MERCER Investment Consulting para a Valia em novembro de 2009.

A alocação dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas (RGRT) do Plano Benefício Definido apresenta a seguinte distribuição: 52% no segmento de Renda Fixa; 28% no segmento de Renda Variável; 6% no segmento de Investimentos Estruturados, 2% no

segmento de Investimentos no Exterior, 7% no segmento de Imóveis e 5% no segmento de Operações com Participantes.

A rentabilidade esperada da alocação proposta para o ano de 2011 do Plano Benefício Definido é de 14,5% no ano, diante do atuarial esperado – INPC + 6% a.a. –, estimado em 11,8% no mesmo período. Deste modo, com a alocação proposta esperamos superar as obrigações atuariais do Plano, além de buscar aumentar o superávit existente.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Segmentos	% RGRT			Modalidades	%RGRT Limite
	Alvo	Inferior	Superior		
Renda Fixa	52%	31%	71%	Títulos Públicos Federais	71,0%
				Debêntures e Créditos de Instituição Financeira	71,0%
				FIDC e FICFIDC	20,0%
				Notas Promissórias	20,0%
				CRIs	20,0%
				NCE e CCE	5,0%
				CCI e CPR	5,0%
				CDCA e CRA e WA	0,0%
Renda Variável	28%	20%	35%	Ações em Mercado (qualquer Nível BM&FBovespa)	35,0%
				Cotas de Fundos de Índices (Ações)	35,0%
				SPE	20,0%
				Outros	3,0%
Investimentos Estruturados	6%	2%	10%	Fundos de Participações	10,0%
				Fundos Imobiliários	10,0%
				Fundos Multimercados Abertos	10,0%
Investimentos no Exterior	2%	0%	10%	Fundos Off-shore	10,0%
Imóveis	7%	5%	8%	BDRs	10,0%
				Empreendimentos Imobiliários	8,0%
				Imóveis para Aluguel e Renda	8,0%
Operações com Participantes	5%	2%	6%	Outros Imóveis	8,0%
				Empréstimos a participantes e assistidos	6,0%
				Financiamento Imobiliário	6,0%

BD Renda Fixa

A meta de rentabilidade do segmento de Renda Fixa do Plano BD é INPC + 6% a. a.

A participação de 52% proposta como meta para o segmento de Renda Fixa tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano. Os limites inferiores e superiores da alocação proposta são de 31% e 71%, respectivamente. No segmento de Renda Fixa concentram-se os títulos indexados a IGP-M e IPCA, utilizados para proteção. A participação em outubro/2010 no segmento corresponde a aproximadamente 89% da Renda Fixa e 52% dos RGRT.

Desde 2006, dada a expectativa de queda de juros no médio/longo prazo, aumentamos o percentual de participação de títulos indexados aos índices de inflação de forma a garantir cupons ainda bem confortáveis se comparados a meta atuarial de 6% a. a. Apesar da ex-

pectativa de aumento dos juros em 2011, nosso cenário de longo prazo é de queda gradativa do juros real. Desta forma, a proposta para 2011 seria adotar o limite de 55% dos RGRT para aplicação em títulos indexados à inflação. Quanto a posição de títulos pré-fixados, adotaremos o limite de 5% dos RGRT.

Os demais recursos alocados nesse segmento serão utilizados como liquidez necessária ao cumprimento das obrigações de curto prazo da Fundação, de forma a aproveitar as oportunidades de investimento para o próximo ano e os atuais níveis de taxas de juros de curto prazo.

O conjunto de todos os ativos de Renda Fixa, com exceção dos títulos da dívida pública mobiliária federal, deverá respeitar o limite de até 80% dos RGRT, incluindo debêntures, Letras Financeiras, CDBs, dentre outros.

Quadro Resumo Renda Fixa do Plano BD

Meta de Rentabilidade da RF	INPC + 6% a. a.
Limite de Índice de preços sobre os RGRT	55%
Limite para Títulos Pré-Fixados sobre os RGRT	5%

BD Renda Variável

A meta de rentabilidade do segmento de Renda Variável do Plano BD é o Ibovespa.

A participação de 28%, proposta como meta para o segmento de Renda Variável, tem por objetivo a adequação do perfil dos ativos às obrigações atuariais do Plano e a expectativa de valorização do índice Ibovespa. Os limites inferiores e superiores da alocação proposta são de 20% e 35%, respectivamente. No segmento de Renda Variável, concentram-se as ações mais líquidas negociadas em Bolsa de Valores e as apostas estratégicas da Fundação que seguem a expectativa de valorização do índice Ibovespa para o longo prazo e a volatilidade esperada para o mercado.

Neste contexto, a gestão no segmento é realizada através da alocação nas Carteiras Institucional e Estratégica. O conceito da Carteira Institucional está baseado em uma gestão ativa própria e terceirizada em relação ao *benchmark* que é o Ibovespa.

O segmento também conta com uma Carteira de gestão passiva em relação ao Ibovespa, atualmente desativada, denominada Carteira Institucional 2, podendo ser reativada a qualquer tempo, utilizando-se, por exemplo, a compra de *Exchange Traded Fund* (ETF's). Os ETF's são fundos de índice com cotas listadas e negociadas em bolsa, tal como as ações, permitindo a aplicação em carteira diversificada por meio de uma única transação que foram lançados no Brasil no final de 2008.

Adicionalmente, segregamos em Carteira Estratégica as participações diretas em empresas listadas, nas quais fazemos parte do Acordo de Acionistas ou Acordo de Votos e posi-

ções de longo prazo, com participação representativa no capital da companhia ou na carteira do Plano.

Vale ressaltar que poderão ocorrer realocações táticas ao longo do ano, levando a aumentos ou reduções do percentual do segmento de Renda Variável dentro dos limites estabelecidos nesta Política.

E ainda estaremos estudando a possibilidade de realizar operações de coinvestimento, que participam da modalidade SPE do segmento de Renda Variável.

Desde 2006, a Valia realiza operações de aluguel de algumas de suas ações visando aumentar o retorno do segmento de renda variável. Como a carteira de ações da Valia é de longo prazo, estas operações permitem que a Fundação realize, através do Serviço de Empréstimos de Títulos da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), o aluguel de suas ações para terceiros (escolhidos trimestralmente) mediante pagamento de uma taxa (base anual) acordada entre as partes. A CBLC fica responsável pela liquidação das operações, conciliação de posições e manutenção de garantias, mitigando os riscos de contraparte. Ela assume o papel de Banco de Títulos, assegurando aos proprietários a devolução dos mesmos nas condições pactuadas, inexistindo qualquer vínculo entre os tomadores e os doadores dos ativos em empréstimo.

Para 2011, manteremos nossa estratégia de aumentar o número de operações de aluguel de ações, porém sempre estabelecendo uma análise criteriosa dos papéis a serem disponibilizados para aluguel.

BD Investimentos Estruturados

A meta de rentabilidade do segmento de Investimentos Estruturados do Plano BD é INPC + 6% a. a.

Dentre os investimentos que compõem esse segmento podemos destacar: 1) Fundos de *Venture Capital*¹; 2) Fundos Mezaninos²; 3) Fundos de *Private Equity*³; 4) Fundos Multi-mercado Aberto e 5) Fundos Imobiliários (FIs).

A Valia iniciou em 2007 um novo programa de investimento nesta classe de ativos. O objetivo é diversificar a carteira deste Plano e buscar elevar o retorno de longo prazo diante do cenário de crescimento da economia brasileira. Acreditamos que, a queda da taxa de juros de longo prazo e as oportunidades geradas pelo crescimento econômico para as empresas brasileiras, contribuirão para o resultado positivo desta classe de ativos. Buscaremos primeiramente gestores com experiência (*track record*), com capacidade de originar negócios,

agregar valor na gestão das empresas, bem como implementar boas práticas de governança nas empresas investidas e também em seus próprios fundos. O foco será em Fundos Multisetoriais e também serão considerados Fundos com foco em infraestrutura.

A meta de participação do segmento de Investimentos Estruturados é de 6% dos RGRT deste Plano, sendo os limites inferiores e superiores da alocação proposta de 2% e 10%, respectivamente.

Com a entrada em vigor da Resolução 3.792, houve o deslocamento do Fundo Imobiliário para o segmento de Investimentos Estruturados, sendo que esta modalidade de fundo terá foco secundário de investimento no segmento, com possibilidade de prospecção de fundos com empreendimentos em desenvolvimento voltados ao segmento comercial e/ou industrial.

¹ Os Fundos de *Venture Capital* objetivam o funding para empresas que estão em estágio inicial de desenvolvimento, seja em novos empreendimentos, novos produtos ou serviços, entre outros.

² Os Fundos Mezaninos possuem uma estrutura que visa a capitalização de empresas, geralmente de pequeno e médio portes, através da emissão de título de dívida cuja a rentabilidade contempla uma remuneração adicional com base na receita da companhia (*kick off*) ou o direito de conversão de bônus de subscrição em evento de liquidez. Trata-se de um interessante mecanismo de acesso à capitais por parte de pequenas/médias empresas.

³ Os Fundos *Private Equity* são utilizados como veículos para a aquisição de um percentual do capital de uma determinada Companhia, de forma que o Fundo passe a ter uma efetiva influência na definição da política estratégica e da gestão da empresa investida, por meio da participação como membro no Conselho de Administração e da implementação de uma política de governança corporativa.

Abaixo, temos um quadro Resumo dos Investimentos Estruturados do plano BD em outubro/10:

Fundo / Gestor / Administrador
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos / BEM DTVM LTDA
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor LTDA / Banco Santander (Brasil) SA
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Administração de Investimentos LTDA / Darby Stratus Administração de Investimentos LTDA
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos LTDA / Banco Santander (Brasil) SA
Infra Brasil FIP / Banco Santander (Brasil) SA / Banco Santander (Brasil) SA
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações LTDA / BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM SA
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA / BEM DTVM LTDA
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / - / Banco Brascan SA
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos LTDA / Intrag DTVM LTDA
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil LTDA / BEM DTVM LTDA
CRP VII FIP / CRP Companhia de Participações / CRP Companhia de Participações

Atualmente, o Plano BD tem alocado nesse segmento, entre compromissos de aporte e valores já aportados, R\$ 262 milhões e R\$ 232 milhões, respectivamente.

BD Investimentos no Exterior

A meta de rentabilidade do segmento de Investimentos no Exterior do Plano BD é INPC + 6% a. a.

A Resolução 3.792 criou o segmento de Investimento no Exterior, com limite fixado em 10% dos RGRT. Incluem-se nessa categoria os investimentos em BDRs⁴ e Fundos *Off-shore*. Desta forma, diante do cenário de juros mais baixos no longo prazo e da possibilidade de maior diversificação dos investimentos, a

Valia pretende em 2011 aprofundar os estudos a respeito desta classe de ativos sobre o total de seus investimentos e também no ALM. O foco será em Fundos Imobiliários (*Real Estate Funds*) estruturados no exterior com o objetivo principal de investir em prédios comerciais em desenvolvimento no Brasil. Assim, propõe-se a participação de 2% como meta para o segmento de Investimentos no Exterior, sendo os limites inferiores e superiores da alocação proposta de 0% e 10%, respectivamente.

⁴ Brazilian Depositary Receipts ou CDVM (Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários).

BD Imóveis

A alocação em ativos imobiliários, definida para este plano atenderá as diretrizes constantes da Resolução 3.792 do CMN. Desta forma, os Fundos Imobiliários estarão alocados no segmento de Investimentos Estruturados, porém serão considerados para efeito de gestão de Portfólio e cálculo de rentabilidade como parte integrante da Carteira Imobiliária, bem como os FIP's de base imobiliária que vierem a integrar a carteira do plano.

A meta de alocação será de 7% dos RGRT. Tal alocação busca, dentre outros objetivos, proporcionar diversificação dos ativos, aproveitar as boas perspectivas desta classe de ativos no médio prazo e ser proteção contra a inflação. O limite inferior e superior estabelecidos para o plano serão de 5% e 8%, respectivamente.

A meta de rentabilidade do segmento de Imóveis, considerando a alocação proposta, será de INPC + 7% a.a. Para o cálculo da referida rentabilidade não serão considerados os imóveis em fase de desenvolvimento. Ressaltamos que gerencialmente as operações estruturadas de Renda Fixa, tais como CRIs e FIDCs com lastro imobiliário, serão considerados para efeito de gestão de Portfólio e cálculo de rentabilidade como parte integrante da Carteira Imobiliária.

Dentre os projetos que poderão ser prospectados para atingirmos a meta de alocação deste plano, estão incluídas aquisições de terrenos destinados, única e exclusiva-

mente à realização de empreendimentos imobiliários ou construção de imóveis para aluguel, renda ou uso próprio, em linha com o estipulado na Resolução 3.792. Todos os produtos de base imobiliária que serão prospectados ou ofertados à Fundação, serão objeto de análise desde que atendam a requisitos de garantias adequadas ao risco e rentabilidade. Oportunidades de desinvestimentos envolvendo ativos da Carteira que se encontram maduros e performados poderão ser exploradas.

A meta quanto à vacância da Carteira Consolidada é alcançarmos patamares inferiores a 5,0%. Vale ressaltar que os principais mercados imobiliários do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, fecharam o 3º trimestre com taxa de vacância de 4,9% e 3,1%, respectivamente, validando o cenário de mercado aquecido principalmente no que tange às locações⁵.

Quanto à política de gestão, propomos a manutenção dos procedimentos atuais, onde buscamos a obtenção ou permanência de *quorum* qualificado nos empreendimentos, junto com outras Fundações, de modo a permitir uma gestão próativa, com participação em Conselhos e Comitês, objetivando diluir os riscos envolvidos na operação.

Como signatários do PRI, a tomada de decisão em investimentos imobiliários incluem critérios ambientais e de sustentabilidade na prospecção dos mesmos, de responsabilidade social e de governança corporativa.

⁵ Fonte: Relatório Market View do 3º Trimestre 2010 da CB Richard Ellis.

BD Operações com Participantes

A meta de rentabilidade do segmento de Operações com Participantes para 2011 é INPC + 10% a. a.

Com a implantação do novo sistema de empréstimos (SAE-TOTALPREV), a Valia dispõe de ferramenta mais amigável para utilização pelos usuários e flexível para criação de novas modalidades e regras, em vista de mudanças no cenário macroeconômico.

O empréstimo aos participantes apresenta taxas atrativas quando comparadas às oferecidas pelo mercado, enquanto

que para a Valia, trata-se de uma modalidade de investimento com rentabilidade histórica acima do atuarial e que atua como proteção do passivo dos Planos de Benefício Definido. A rentabilidade da carteira total atingiu o patamar de 11,46% nominal até outubro/2010.

A carteira de empréstimos apresentou crescimento significativo desde a entrada do novo sistema. Em janeiro de 2010, o saldo total da Carteira Consolidada Valia era R\$ 543 milhões, enquanto em setembro de 2010 temos R\$ 615 milhões.

Política para Seleção de Investimentos Responsáveis

Em março de 2007, a Valia aderiu de forma voluntária ao PRI - Princípios de Investimento Responsável da ONU. O PRI é um conjunto de normas e princípios (seis regras de conduta) que tem como objetivo integrar temas ambientais, sociais e de governança na tomada de decisão de investimentos e aperfeiçoar os retornos de longo-prazo. Com isso, as ações práticas e relações da Valia passaram a ser norteadas por um conjunto de normas e princípios que garantam o cumprimento de sua missão institucional pautado pelo respeito aos valores sociais, à sustentabilidade ambiental e à governança corporativa.

Desta forma, foi criada uma metodologia de avaliação que foi aplicada às empresas com ações em mercado, abrangendo os temas em questão de forma a garantir o atendimento aos Princípios do PRI.

Foi elaborado um questionário com 30 perguntas aplicadas às empresas com ações em mercado que abrangem temas ambientais, sociais e de governança corporativa, sendo ele uma versão reduzida do questionário base utilizado pela BM&FBovespa para selecionar as empresas que irão compor o índice ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

O questionário foi elaborado de forma a beneficiar empresas que: (1) sejam listadas no Novo Mercado ou no Nível I ou no Nível 2; (2) publiquem com clareza e transparência o Balanço Social; (3) possuam políticas claras de não discriminação e

políticas afirmativas com relação a mulheres, negros e portadores de deficiência; (4) declarem a não utilização de mão-de-obra infantil e de trabalho compulsório e exijam de seus fornecedores essas mesmas práticas; (5) sejam certificadas pela SA 8000 e possuam o selo "Empresa Amiga da Criança", da Fundação Abrinq; (6) propiciem condições de igualdade de tratamento (salários, benefícios e etc.) entre seus funcionários e os terceirizados; (7) possuam programas de prevenção de poluição, tratamento de resíduos, minimização de uso de recursos naturais e programas de reciclagem; (8) possuam programas que objetivem gerar trabalho e renda para comunidades; (9) possuam programa consistente de investimentos sociais; (10) possuam código de ética estruturado e disseminado pela organização.

As perguntas são respondidas pelos analistas de Renda Variável por meio de informações públicas, ou seja, de livre acesso nos sites das empresas ou no site da CVM. Para cada empresa avaliada é conferida uma pontuação que nomeamos internamente como índice ESG.

A Valia buscará possuir em sua carteira de ações de mercado, preferencialmente, papéis de empresas que atendam pelo menos 70% das questões levantadas no questionário supra mencionado.

Vale ressaltar que as empresas que fazem parte dos índices DJSI ou ISE estão automaticamente aptas a serem investidas pela Fundação.

Para a Carteira de Investimentos Estruturados da Valia, será solicitado aos gestores que os Estatutos e Regulamentos contendam cláusulas que assegurem o atendimento aos princípios do PRI através de compromissos ambientais, sociais e de governança.

Em relação à carteira imobiliária, haverá a manutenção de procedimentos já implantados nos condomínios dos edifícios, tais como: coleta seletiva de resíduos; adoção de práticas para o uso consciente de recursos (água, energia...); participação em comunidades e associações do entorno dos empreendimentos para a tratativa da sua utilização, segurança e preservação; e ainda, a atualização continuada dos Regulamentos Internos dos empreendimentos visando a adoção de práticas de responsabilidade sócio-ambiental, sustentabilidade e diversidade, extensivas a seus fornecedores.

Além destas práticas, serão avaliados os critérios para Certificação SGA (Sistema de Gestão Ambiental) dos

empreendimentos que integram a Carteira. O projeto piloto está em andamento no Centro Empresarial Mourisco para posterior avaliação de aplicabilidade nos demais empreendimentos.

Os novos empreendimentos adquiridos, Continental Tower e Rio Office Tower, contam com pré-certificações ambientais *greenbuilding* AQUA e LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*), respectivamente, conferindo a essas edificações comprometimento com a preservação do meio ambiente e atendimento aos princípios do PRI, critério que será mantido para as novas aquisições.

Quanto aos novos Fundos de Investimentos Imobiliários, bem como os FIP's que venham a ser avaliados pela Valia, também fará parte dos procedimentos de análise dar conhecimento dos princípios do PRI e solicitar que sejam incorporadas práticas compatíveis com os mesmos em seus Estatutos e Regulamentos.

Metodologia e Critérios para Avaliação de Risco

Risco de Mercado

A avaliação do risco de mercado das alocações em renda fixa, bem como a da(s) carteira(s) da Valia de forma geral, é feita por empresa de Consultoria especializada contratada. Esta empresa emite semanalmente relatório onde apresenta as maiores exposições aos fatores de risco, bem como aos títulos em si; calcula o VaR, inclusive as contribuições marginais; os fluxos dos ativos, apurando a "duration" de cada título e das carteiras; o diferencial da marcação a mercado (MtM) e marcação a curva de compra (HtM); além de elaborar análise de estresse e lista dos ratings de todas as emissões privadas em qualquer um dos veículos de investimento utilizados pela Valia.

No caso dos Fundos cuja gestão é terceirizada, além desta análise semanal, está previsto no regulamento de cada um o controle ao risco de mercado. De forma geral, é utilizada

a metodologia do VaR paramétrico com 95% de confiança para avaliar o risco de mercado incorrido pela Valia. Vale ressaltar, ainda, que o custodiante envia diariamente relatórios de risco específicos para os Fundos de Investimento de renda fixa ou renda variável. Este relatório contém o VaR destes Fundos, as principais contribuições ao risco de mercado e suas contribuições marginais.

Para a avaliação e gestão do risco de mercado dos ativos de renda variável (carteira de ações em mercado), a Valia utiliza metodologia desenvolvida pela empresa MSCI Barra. Esta metodologia permite acompanhar e gerir as carteiras de renda variável focando na sua aderência ao índice de referência (Tracking-error). Através deste modelo, também é possível avaliar o valor em risco, ou VaR, pelo modelo paramétrico com nível de confiança de 95%.

Risco de Liquidez

Conforme descrito em tópico específico desta Política, a Valia gerencia seus ativos de forma a garantir o permanente equilíbrio econômico-financeiro entre estes ativos e o passivo atuarial e demais obrigações de seus planos de benefício utilizando para isso o modelo de ALM. Este modelo tem como principal ideia a gestão dinâmica dos investimentos, focando-se, primariamente, nos riscos de taxas de juros e na forma como estes riscos impactam os dois lados do balanço contábil, mas avalia também riscos de crédito, de liquidez e de volatilidade de margens de lucro.

As carteiras ótimas geradas pelo modelo obedecem a duas regras de suma importância para a mitigação de riscos:

- Durante o período da janela foco da simulação não pode haver fluxo de caixa negativo, ou seja, o Plano não pode ficar ilíquido em período algum;
- O modelo minimiza a probabilidade de ocorrência de insolvência, ou seja, de que o valor presente do Ativo seja menor do que o valor presente do Passivo em qualquer dos anos.

Risco Sistemico

A Valia possui contrato de serviço com a empresa Risk Office, especializada em sistemas de gestão de risco para mensuração do risco sistêmico, dentre outros. A empresa realiza semanalmente o chamado “Teste de Stress”, cujo objetivo é avaliar o comportamento da carteira de investimentos da Fundação para grandes mudanças nas variáveis financeiras (como taxas, preços, etc), a partir da

especificação subjetiva de cenários caóticos. O referido cenário de estresse utilizado é divulgado pelo Comitê de Risco da BMF&Bovespa. Esse comitê traça vários cenários e estima o risco de mercado para todos, escolhendo o pior caso, isto é, aquele associado à maior perda potencial para o participante, como base para a chamada de margem de garantia.

Risco de Crédito

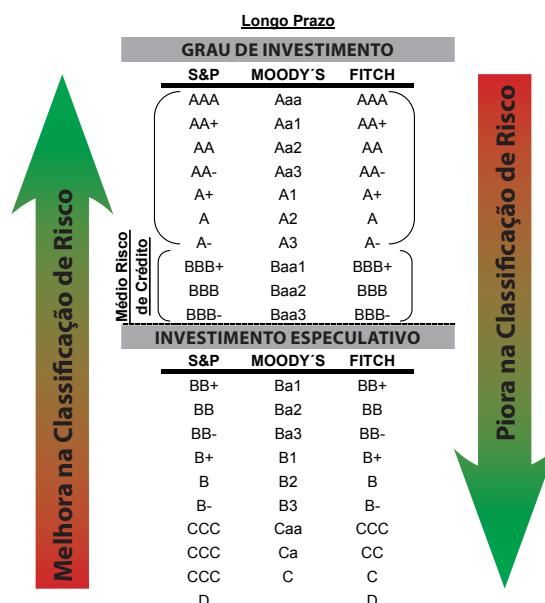
A metodologia de alocação em emissões bancárias baseia-se no conceito de exposição máxima, tendo como fonte de dados indicadores calculados pela Consultoria RiskBank. Esta consultoria, através de uma análise das Demonstrações Contábeis das Instituições Financeiras, avalia a capacidade de pagamento destas Instituições utilizando uma metodologia de *scoring*, chegando a notas diferenciadas e crescentes na proporção da qualidade creditícia.

A Valia possui como política alocar recursos em Instituições Financeiras cujo porte seja classificado como Gran-

des Bancos. Em números, isto significa, Ativos Totais superiores a R\$ 20 bilhões.

Quanto à alocação em ativos emitidos por Instituição não financeira, a Valia adota como premissa investir em ativos classificados como baixo risco de crédito, objetivando uma gestão de investimentos conservadora em relação à exposição ao crédito privado, seguindo critérios rígidos, estabelecidos pelos comitês da Valia como utilização de agências classificadoras de risco de crédito e avaliação interna da capacidade de pagamento pela equipe de análise da Fundação.

Quadro de Estrutura de Classificação de Rating Local



Abaixo destacamos os limites de alocação e de concentração por emissor:

Limites de Alocação por Emissor

Segmento	Tipo Emissor	Limite % RGRT
Renda Fixa	Instituição Financeira	20%
	Instituição não financeira	10%
	Cia Securitizadora	10%
	FIDC	10%
Renda Variável	SPE	10%
Investimentos Estruturados	FIP e FII	10%
	Patrocinador do Plano	10%

Limites de Concentração por Emissor

Capital Total de uma mesma S.A. ou SPE	25%
Capital Votante de uma mesma S.A.	25%
PL de uma mesma Inst. Financeira	25%
PL de um mesmo Fundo de Índices	25%
PL de um mesmo FIP ou FII	25%
PL separado das emissões de CRI	25%
PL de um mesmo Fundo Off-Shore	25%

Limites de Concentração por Investimento

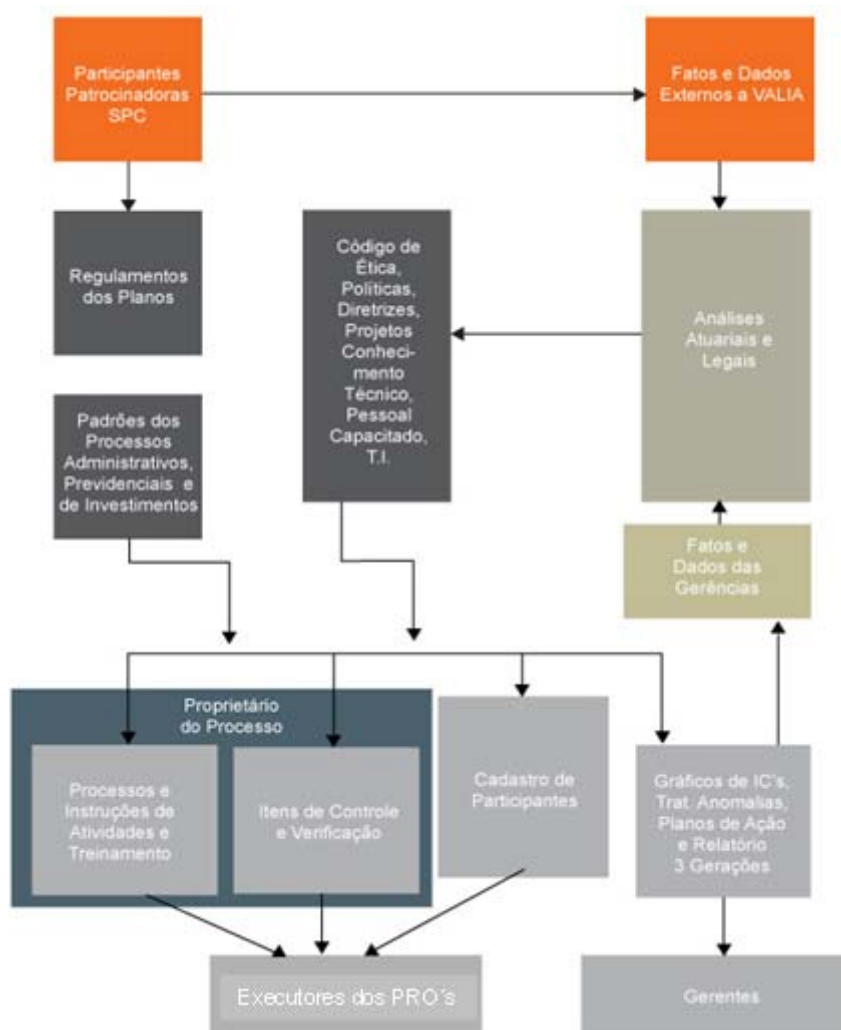
Mesma série de Títulos ou Valores Mobiliários	25%
Mesma classe	25%
Mesma série de cotas de FIDC	25%
Mesmo empreendimento Imobiliário	25%

Risco Operacional

A Valia possui um Sistema de Gestão baseado no mapeamento de todos os seus processos, na definição de indicadores de desempenho e na implementação do gerenciamento pelas diretrizes. As atividades de controle estão sob a responsabilidade dos gestores (gerenciamento funcional)

e da área de controles internos (gerenciamento interfuncional - *Compliance*). Adicionalmente, contratamos junto ao Custodiante, o serviço de Compliance Ativo, visando reforçar o controle de enquadramento dos investimentos perante à legislação e esta Política de Investimentos.

Sistema de Gestão Valia



A Valia implementou seu sistema de Gestão da Qualidade com base no método PDCA (Plan/ Do/ Check/ Action) nos horizontes de longo, médio e curto prazos, através da execução do Planejamento Estratégico, Gerenciamento pelas Diretrizes e Gerenciamento da Rotina, respectivamente. Vale ressaltar que este sistema é certificado de acordo com a Norma ABNT-ISO: 9001/2008.

No que diz respeito ao enquadramento na legislação vigente, a Valia possui um sistema de acompanhamento das obrigações legais denominado “Cronograma de Obrigações”, no qual cada responsável pela obrigação declara que cumpriu o requisito legal (*Control Self Assessment - CSA*) e a área de

controle interno da Fundação verifica, por amostragem, a evidência do cumprimento.

Em complemento, foi implementado pela Valia um processo de gerenciamento do Risco Operacional utilizando a metodologia de mensuração de perda esperada que calcula a distribuição de perdas, de acordo com a estimativa de frequência e severidade de um evento. Tal processo utiliza procedimentos numéricos (simulação de Monte Carlo - SMC) com o objetivo de estabelecer a *Loss Distribution Approach* (LDA). Os riscos são classificados de acordo com uma adaptação dos conceitos de Basiléia II segundo as seguintes categorias:



O controle dos riscos é realizado pelos próprios gestores utilizando-se de acompanhamentos dos planos de ação de mitigação. O monitoramento é realizado pela Assessoria de Controle Interno e Gestão de Risco Operacional (ASCIS), que

realiza diagnósticos de controles internos nos processos avaliando o impacto destes riscos o reportando para a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Risco Legal

O risco legal consiste em conceito amplo, representado como medida da incerteza relativa à regulação (riscos externos) e aos riscos operacionais (internos), com reflexos nos contratos, ações judiciais, tributação, entre outros aspectos, podendo influenciar de forma mais ampla a própria estratégia do negócio. No âmbito externo, como metodologia de mitigação de riscos, podemos citar a análise e o acompanhamento permanente da evolução do cenário legal e a sua divulgação no âmbito da instituição, de modo a subsidiar os planos de ação administrativos, consideradas as repercussões das alterações normativas. No âmbito interno, no que tange às ações judiciais, o monitoramento adequado por meio de relatórios periódicos para auditoria e Diretoria, contemplando as análises dos advogados sobre as probabilidades de êxito (remota, provável ou possível) são recomendáveis, objetivando subsidiar a decisão administrativa quanto aos provisionamentos. No âmbito contratual, tributário e de processos decisórios, a adoção sistemática de prévias análises jurídicas por meio de pareceres técnicos, consiste em elemento mitigador de risco recomendável. Tais práticas já são adotadas pela Valia.

O gerenciamento do risco legal pressupõe uma abordagem qualitativa, identificando e analisando riscos, avaliando controles com o objetivo de reduzir as perdas e uma abordagem quantitativa visando mensurar o risco legal para efeito de gestão. Na metodologia, a identificação de riscos legais pressupõe a análise dos riscos potenciais (internos e externos) que poderão impactar nos objetivos da Valia. Na avaliação e mensuração dos riscos legais identificados, considerando as análises quantitativas e qualitativas referidas, formam-se subsídios para a tomada de decisão, estratégias de controle e mitigação e planos de ação. No monitoramento do risco legal são adotadas sistemáticas execuções de processo de vigilância e acompanhamento, com o objetivo de verificar se as práticas e os processos existentes e mapeados estão aderentes aos regulamentos internos e à legislação. Neste contexto, se faz a atuação da área de *compliance*, além da atuação jurídica demandada. No controle e mitigação dos riscos operacionais, são implementadas ações que tratam da execução de planos e medidas de correção e adequação, quando verificados desvios das práticas e processos em relação ao arcabouço normativo e organizacional, consistindo na adoção de estratégias de melhoria dos processos, com ênfase naqueles cujo impacto financeiro seja relevante à instituição.

Política de Uso de Derivativos

A Valia poderá utilizar instrumentos derivativos em suas diversas carteiras do segmento de Renda Fixa e Renda Variável, mediante avaliação prévia dos riscos envolvidos e registro das operações em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros, com o objetivo de proteger seus investimentos, reduzindo sua exposição ao risco de mercado. Além disso, poderá ser utilizado derivativo para assumir posições direcionais em renda fixa, observados os limites e condições abaixo:

O depósito de margem estará limitado a 15% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada

plano ou fundo de investimento. Além disso, o valor total dos prêmios de opções pagos estará limitado a 5% da posição em títulos públicos federais, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo BACEN e ações pertencentes ao Ibovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável terceirizadas poderão ser utilizados instrumentos derivativos, sem que gere alavancagem ao fundo e, desde que, o gestor/administrador cumpra os limites de exposição acima citados e, ainda, se comprometa, em regulamento, em prestar informações periódicas sobre essas operações, incluindo a descrição da estratégia de alocação, o resultado das operações, dentre outras.

**Metodologia ou Fontes de Referência Adotadas para
Apreçamento dos Ativos Financeiros****Precificação de Ativos do Segmento de Renda Fixa**

Dentre os processos elaborados e seguidos pela Valia está o de apuração do valor de mercado ou do intervalo referencial de preços máximos e mínimos dos ativos financeiros de renda fixa. Existe uma Instrução que descreve o procedimento a ser adotado, quando da negociação de um ativo de renda fixa no mercado de balcão, de forma a manter aderentes ao mercado os preços negociados pela Valia. São consultadas algumas fontes públicas de informação, de notório reconhecimento e ampla utilização pelo mercado, tais como Anbima, COMPARE-Anbima, Bloomberg e CETIP-Net. A intenção

é assegurar, no mínimo, que os preços apurados são consistentes com os preços de mercado vigentes à época da negociação, sendo que, para os casos que por ventura isso não seja possível, a Valia deverá seguir de forma integral o que prevê a legislação vigente.

Em caso de problemas nas fontes supracitadas utilizaremos de forma complementar, qual seja a consulta telefônica gravada a pelo menos 3 (três) instituições, para que se forme o intervalo referencial de compra ou venda como caso anterior.

Precificação de Ativos do Segmento de Renda Variável

Em relação à estratégia de formação de preço ótimo, no carregamento de posição, as ações que compõem a carteira Institucional I são compradas baseadas em análise Top-Down. Também serão considerados critérios de sustentabilidade na análise. Uma vez listados os setores da economia, que serão foco principal de investimentos da Fundação, para o ano de 2010, através de Análise Setorial, é realizada a avaliação das empresas que participam desses setores. Através de análise fundamentalista, determina-se o preço justo de cada uma delas, utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado ou análise de múltiplos. Com isso, temos o preço alvo para cada um dos papéis que estão em nossa carteira e, salvo por qualquer reavaliação do preço justo após incorporação de novas informações divulgadas sobre a empresa ou qualquer outra variável utilizada em nossas projeções, uma vez atingido o preço alvo, as ações são alienadas.

A análise de múltiplos é também uma das metodologias utilizadas para o cálculo do valor da empresa. Baseia-se na análise dos múltiplos mais adequados à cada empresa, fruto do estudo, em comparação às suas concorrentes. A partir desses, verifica-se como as ações da companhia estão sendo negociadas no mer-

cado frente às suas comparáveis. Adicionalmente, são avaliados alguns indicadores financeiros, de mercado, de endividamento e de liquidez de forma complementar.

Quanto a precificação de ações, e outros títulos com referência a preços de ações negociadas em mercado organizado de bolsa ou balcão, é utilizado o preço de fechamento de negociação do dia da apuração, ou, quando não disponível, o último preço de negociação. A fonte primária utilizada é a Bovespa.

Para a precificação de opções há duas metodologias. A primeira metodologia é a de *Black & Scholes* utilizada para opções européias. Para as opções americanas, onde o exercício da opção pode ocorrer antes da data de vencimento, a metodologia utilizada é o Modelo Binomial.

Para opções sobre ações líquidas, os modelos em questão só são utilizados na ausência de negociações regulares em mercado – caso contrário, é utilizado o preço da Bovespa, que funciona como fonte primária de dados.

Precificação de Ativos do Segmento de Imóveis

A precificação de todos os ativos imobiliários é realizada, anualmente, seguida dos devidos registros contábeis. Adotamos como critério a contratação de empresas de avaliação imobiliária independente, que não atuem no mercado como *brokers*. A metodologia de avaliação está vinculada ao tipo de imóvel podendo ser adotado o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, o Método de Capitalização da Renda, o Método de Quantificação de Custo, dentre outros, desde que estejam alinhados com as diretrizes estabelecidas na NBR 14.653-2 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e, preferencialmente, tenham Grau de Fundamentação III, que indica a profundidade da

pesquisa realizada e Grau de Precisão I ou II, que indica a amplitude do intervalo de confiança em relação à média. Os valores apresentados nos laudos de avaliação não se restringem apenas à compra, venda e vida útil remanescente do imóvel, são indicados também o valor para fins de contratação do seguro de incêndio do imóvel, com a sua respectiva memória de cálculo e definidas faixas de valores de locação para balizamento da gestão dos contratos de locação, em suas revisões, renovatórias e comercialização de áreas vagas. Objetivando a adequada contabilização, os valores de mercado indicativos dos laudos são apresentados de forma segregada entre terreno e benfeitoria.

Precificação de Ativos do Segmento de Investimentos Estruturados

A metodologia de precificação dos ativos constantes nas carteiras dos Fundos de Participação os quais a Valia detém participação (FIP's) pode ser dividida em duas hipóteses:

- Ativos que possuam liquidez em Bolsa de Valores: o valor das Companhias Investidas é apurado com base no valor de mercado;
- Ativos que não possuam liquidez em Bolsa de Valores: via de regra, o valor das Companhias Investidas toma por base os seguintes critérios: (i) custo de aquisição, ou (ii) valor patrimonial.

É importante ressaltar que alguns Fundos prevêem em seus regulamentos outras metodologias de avaliação, a saber:

- o InfraBrasil FIP admite uma reavaliação de ativos, mediante aprovação por parte dos membros do Comitê de Investimentos, e com a ratificação dos auditores independentes do Fundo, tem como base a adoção das seguintes metodologias: (i) fluxo de caixa descontado, ou (ii) múltiplos de mercado ou de transações de empresas similares;
- o Fundo de Investimento em Participações Governança & Gestão II prevê como metodologia de precificação o custo de aquisição ajustado por equivalência patrimonial

ou valor econômico, desde que este último não seja considerado para pagamento da taxa de administração;

- o Fundo BRZ-ALL FIP apresenta uma regra diferenciada de precificação dos ativos com liquidez, como reflexo do próprio objetivo do Fundo, que foi constituído unicamente para o investimento na Companhia ALL. Esta regra conta com duas hipóteses de precificação: (i) na hipótese de o ativo em questão ser uma Unit de emissão da Companhia-Alvo (América Latina Logística S.A), a ação ordinária será avaliada diariamente, pelo valor da Unit, pela última cotação média disponível em Bolsa de Valores, dividido por 5, ou (ii) na hipótese de o ativo em questão ser a própria ação, a avaliação será feita diariamente, com base nas cotações de fechamento; e

- Fundo Brasil de Internacionalização de empresas apresenta uma regra para ativos sem liquidez: a) pelo preço de emissão adotado em aumento de capital subsequente ao investimento realizado pelo Fundo, no qual terceiros tenham adquirido; b) pelo preço fixado em negociação de participação que represente, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital da Companhia Investida e na qual, pelo menos, 10% (dez por cento) tenham sido adquiridos por terceiros; c) pelo seu valor econômico, determinado por empresa independente especializada.

É importante ressaltar que os critérios de precificação abordados anteriormente estão em consonância com as Instruções CVM 391/03 (que trata da constituição, funcionamento e administração de FIP's), CVM 438/06 (que trata do plano contábil dos Fundos de Investimento) e CVM 305/99 (que trata das demonstrações contábeis dos Fundos de Investimento).

A precificação do Fundo Imobiliário se dá através do valor patrimonial da cota, calculado com base na legislação societária, o qual não reflete o real valor de mercado. Dentre outros fatores, que contribuem para esta diferença, temos o fato dos terrenos em estoque serem contabilizados pelo valor histórico até que se efetive a venda do terreno, momento em que ocorre a apropriação pelo valor de mercado.

Precificação de Ativos do Segmento de Operações com Participantes

A metodologia de precificação do segmento Operações com Participantes adotada pela Valia é a soma do saldo devedor de todos os contratos de empréstimos/financia-

mentos, realizados com seus participantes, atualizados pelas suas respectivas taxas contratuais, corrigidos monetariamente pelo INPC.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

RESUMO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2010			DEZEMBRO DE 2009		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	13.560.164.488	100	2.119.696.634	11.867.345.970	100	911.028.126
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	2.697.524	0,0	-	2.485.169	0,0	-
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	8.366.052.159	61,7	1.252.521.978	7.329.210.075	61,8	761.941.432
CDB/LFS	501.063.438	3,7	63.933.789	415.403.358	3,5	39.392.645
DEBÊNTURES	464.056.687	3,4	51.833.234	273.855.212	2,3	27.950.518
FUNDOS RF	3.945.882.529	29,1	592.809.705	3.779.083.454	31,8	375.565.849
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	3.455.049.505	25,5	543.945.250	2.860.868.050	24,1	319.032.420
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	3.691.356.860	27,2	603.881.164	3.363.565.282	28,3	
AÇÕES	2.666.400.354	19,7	459.251.986	2.330.226.228	19,6	
FUNDOS RV	1.024.956.506	7,6	144.629.178	1.033.339.054	8,7	
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	269.794.969	2,0	10.492.851	180.557.659	1,5	
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	236.705.288	1,7	7.439.373	147.794.865	1,2	
FUNDO IMOBILIÁRIO	33.089.680	0,2	3.053.478	32.762.794	0,3	
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	44.687.243	0,3	(19.316.570)	79.796.640	0,7	
AÇÕES	44.687.243	0,3	(19.316.570)	79.796.640	0,7	
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	500.023.688	3,7	81.582.417	405.796.419	3,4	80.447.911
IMÓVEIS	500.023.688	3,7	81.582.417	405.796.419	3,4	80.447.911
G - OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	569.402.872	4,2	70.817.654	512.236.778	4,3	68.638.782
EMPRÉSTIMOS	499.763.043	3,7	71.010.730	375.734.158	3,2	52.780.729
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	69.639.829	0,5	(193.076)	136.502.620	1,2	15.858.053
H - OUTROS REALIZÁVEIS	119.717.139	0,9	119.717.139			
OFND	119.717.139	0,9	119.717.139			
I - INVESTIMENTOS A PAGAR	(3.567.964)	(0,0)		(6.302.051)	(0,1)	

Nota: As informações contidas neste relatório, em ambos os exercícios, estão assim dispostas visando a adequação à nova classificação por segmento de investimento, determinada pela Res. CMN 3792 de 24/09/2009.

Nota II: Os valores referentes ao RESULTADO dos segmentos "INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS e INVESTIMENTOS NO EXTERIOR", foram suprimidos por não haver, em 2009, informação por ativo.

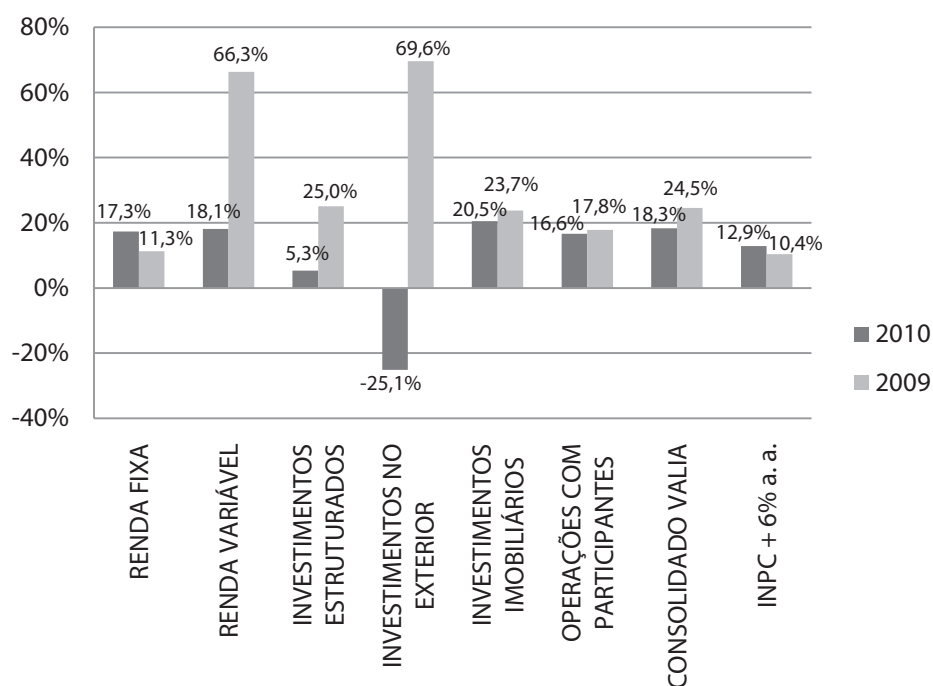
2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

COMPARATIVO DA RENTABILIDADE - 2010 x 2009
CONSOLIDADO



2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO

	DEZEMBRO DE 2010			DEZEMBRO DE 2009		
	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO	VALOR APLICADO	% APLICADO	RESULTADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS	9.841.272.727	100	1.668.141.298	8.831.084.353	100	678.871.905
A - DISPONÍVEL EM CONTA CORRENTE	1.001.866	0,0		537.899	0,0	
B - INVESTIMENTOS EM RENDA FIXA	5.761.822.065	58,5	922.865.201	5.185.458.044	58,7	554.858.908
CDB	309.031.492	3,1	45.455.292	319.300.621	3,6	30.845.301
DEBÊNTURES	377.551.792	3,8	42.347.891	209.350.508	2,4	20.913.565
FUNDOS RF	2.117.156.746	21,5	364.239.790	2.193.270.732	24,8	223.658.705
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	2.958.082.036	30,1	470.822.227	2.463.536.183	27,9	279.441.337
C - INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL	2.956.194.883	30,0	525.735.666	2.779.294.382	31,5	
AÇÕES	2.349.566.421	23,9	406.528.470	2.085.803.365	23,6	
FUNDOS RV	606.628.462	6,2	119.207.196	693.491.017	7,9	
D - INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	243.512.859	2,5	11.593.246	163.649.388	1,9	
FUNDOS DE PARTICIPAÇÃO	212.510.018	2,2	8.732.339	132.952.817	1,5	
FUNDO IMOBILIÁRIO	31.002.841	0,3	2.860.907	30.696.571	0,3	
E - INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	38.555.109	0,4	(16.742.249)	68.848.164	0,8	
AÇÕES	38.555.109	0,4	(16.742.249)	68.848.164	0,8	
F - INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	438.124.902	4,5	74.568.593	363.714.329	4,1	74.868.747
IMÓVEIS	438.124.902	4,5	74.568.593	363.714.329	4,1	74.868.747
G - OPERAÇÕES PARTICIPANTES	292.290.213	3,0	37.953.468	274.669.796	3,1	49.144.249
EMPRÉSTIMOS	261.446.998	2,7	38.102.952	205.364.960	2,3	37.636.421
FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	30.843.215	0,3	(149.484)	69.304.837	0,8	11.507.828
H - OUTROS REALIZÁVEIS	112.167.372	1,1	112.167.372			
OFND	112.167.372	1,1	112.167.372			
I - INVESTIMENTOS A PAGAR	(2.396.543)	(0,0)		(5.087.648)	(0,1)	

Nota: As informações contidas neste relatório, em ambos os exercícios, estão assim dispostas visando a adequação à nova classificação por segmento de investimento, determinada pela Res. CMN 3792 de 24/09/2009.

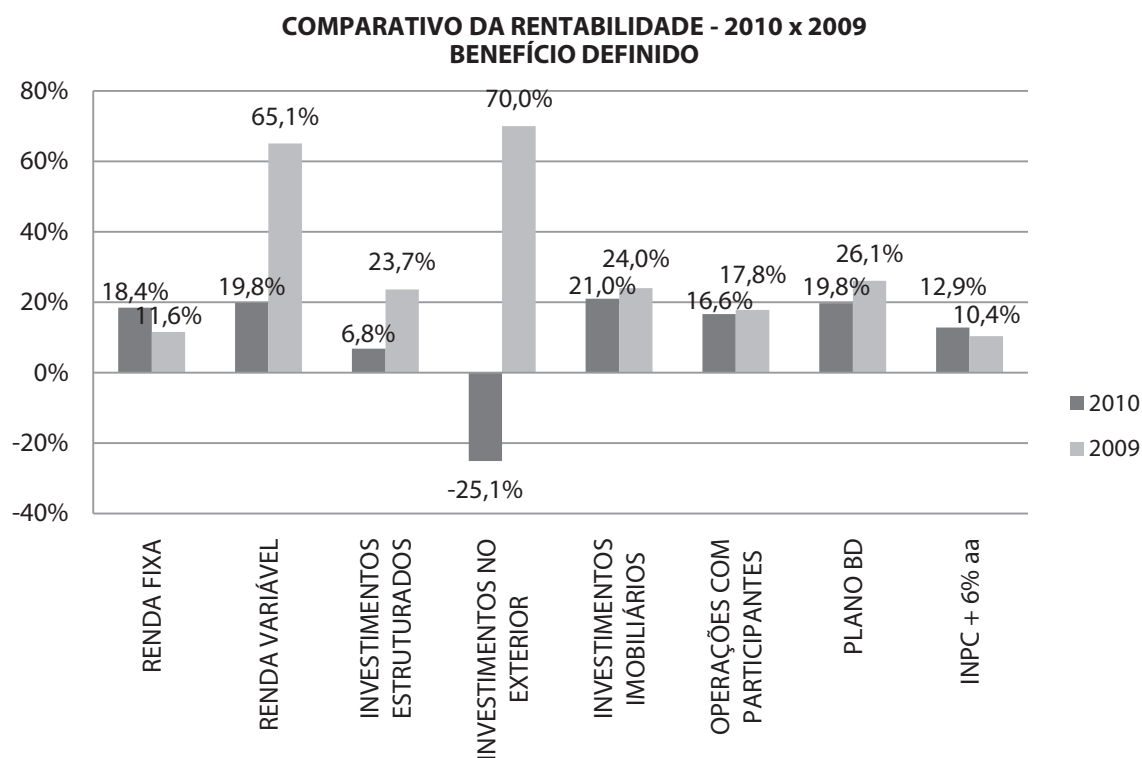
Nota II: Os valores referentes ao RESULTADO dos segmentos "INVESTIMENTOS EM RENDA VARIÁVEL, INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS e INVESTIMENTOS NO EXTERIOR", foram suprimidos por não haver, em 2009, informação por ativo.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156



2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

MONTANTE DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA) – BD

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - BENEFÍCIO DEFINIDO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2010		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	9.841.272.727	6,62	
FUNDOS RF / GESTOR	238.301.261	2,42	36,56
Aldebaran / UBS Pactual Asset	75.969.079	0,77	11,66
Mining / BRAM	74.795.077	0,76	11,48
Onix / Banco Safra	45.680.645	0,46	7,01
E FIM / Santander Asset	41.845.377	0,43	6,42
BB Milenio VIII / BB DTVM	11.084	0,00	0,00
FUNDOS RV / GESTOR	382.484.817	3,89	58,68
Rauta FIA / Dynamo VC	113.194.924	1,15	17,37
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	70.038.927	0,71	10,75
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	60.982.783	0,62	9,36
Ibovespa Value / Bradesco Asset	56.586.147	0,57	8,68
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	30.506.242	0,31	4,68
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	14.559.602	0,15	2,23
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	13.093.648	0,13	2,01
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	9.424.952	0,10	1,45
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	7.944.612	0,08	1,22
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	2.414.349	0,02	0,37
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	2.984.847	0,03	0,46
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	560.057	0,01	0,09
Patrimônio Private Equity / Patria	193.729	0,00	0,03
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	31.002.841	0,32	4,76
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	31.002.841	0,32	4,76
TOTAL TERCEIRIZADO	651.788.919		100

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

MONTANTE DOS INVESTIMENTOS COM GESTÃO TERCEIRIZADA - CONSOLIDADO

INVESTIMENTOS	DEZEMBRO DE 2010		
	VALOR APLICADO	% SOBRE OS RGRT	% SOBRE O TOTAL TERCEIRIZADO
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS - RGRT	13.560.164.488	6,67	
FUNDOS RF / GESTOR	438.899.057	3,24	48,53
BB Milenio VIII / BB DTVM	118.307.705	0,87	13,08
Mining / BRAM	106.474.886	0,79	11,77
Aldebaran / UBS Pactual Asset	94.694.287	0,70	10,47
E FIM / Santander Asset	65.803.662	0,49	7,28
Onix / Banco Safra	53.618.517	0,40	5,93
FUNDOS RV / GESTOR	432.402.246	3,19	47,81
Rauta FIA / Dynamo VC	125.772.137	0,93	13,91
Infra Brasil FIP / Banco Santander Brasil SA	70.038.927	0,52	7,74
BRZ ALL FIP / BRZ Investimentos	71.744.450	0,53	7,93
Ibovespa Value / Bradesco Asset	69.718.052	0,51	7,71
FIP Brasil de Governança Corporativa / BR Educacional Gestora de Recursos SA	34.059.178	0,25	3,77
FIP Governança e Gestão II / Governança e Gestão Investimentos Ltda	17.128.943	0,13	1,89
Brasil Mezanino Infra-Estrutura FIP / Darby Stratus Adm. de Investimentos Ltda	14.548.498	0,11	1,61
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresa FIP / TCG Gestor Ltda	10.472.169	0,08	1,16
CRP VII FIP / CRP Cia. Participações	12.222.479	0,09	1,35
Investidores Institucionais FIP / Angra Partners Consultoria Empresarial e Participações Ltda	3.185.750	0,02	0,35
NEO Capital Mezanino FIP / NEO Gestão de Recursos Ltda	2.682.610	0,02	0,30
Brasil Sustentabilidade FIP / Latour Capital do Brasil Ltda	622.285	0,00	0,07
Patrimônio Private Equity / Patria	206.768	0,00	0,02
FUNDO IMOBILIÁRIO / GESTOR	33.089.680	0,24	3,66
Fundo de Investimento Imobiliário Panamby / Banco Brascan SA	33.089.680	0,24	3,66
TOTAL TERCEIRIZADO	904.390.983		100

PARECER ATUARIAL BD

1. Introdução

Na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido gerido, pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial do citado Plano em 31/12/2010.

2. Posição das Provisões Matemáticas

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução nº 28 de 26/01/2009 e Instrução nº 34 de 24/09/2009, a composição das Provisões Matemáticas em 31/12/2010 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e do Fundo Previdencial fornecidos pela VALIA.

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

Nome	R\$
PATRIMÔNIO SOCIAL ⁽¹⁾	9.334.412.106,35
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	7.974.797.906,89
PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.254.175.141,64
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	5.250.162.571,55
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
Benefícios Temporários	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	5.250.162.571,55
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	4.865.364.568,22
Benefícios Vitalícios	4.865.364.568,22
Benefício Proporcional	0,00
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	384.798.003,33
Benefícios Vitalícios	384.798.003,33
BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.012.570,09
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
SALDO DE CONTAS PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	0,00
Conta de Patrocinador	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	0,00
Conta de Participante	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	3.897.191,65
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	4.473.423,61
Benefício Vitalício	4.473.423,61
Benefício Proporcional	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-481.994,52
(-) Contrib. Patroc. Benef. Vitalício	-481.994,52
(-) Contrib. Patroc. BP	0,00
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-94.237,44
(-) Contrib. Participante	-94.237,44
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	115.378,44
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	132.588,25
Benefício Vitalício	132.588,25
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	-14.395,30
(-) Contribuição Patrocinador	-14.395,30
(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	-2.814,51
(-) Contribuição ao Participante	-2.814,51
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE REPARTIÇÃO DE CAPITAIS DE COBERTURA	0,00
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO, EM REGIME DE REPARTIÇÃO SIMPLES	0,00
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	0,00
(-) SERVIÇO PASSADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	0,00
(-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(-) PARTICIPANTES	0,00
(-) ASSISTIDOS	0,00
(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	0,00
(+/-) PATROCINADOR(ES)	0,00
(+/-) PARTICIPANTES	0,00
(+/-) ASSISTIDOS	0,00
EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.720.622.765,25
RESULTADOS REALIZADOS	2.720.622.765,25
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	2.720.622.765,25
- Reserva de Contingência	1.313.543.785,41
- Reserva Especial para Revisão do Plano	1.407.078.979,84
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	0,00
RESULTADOS A REALIZAR	0,00
FUNDOS ⁽²⁾	1.359.614.199,46
Fundos Previdenciais	1.359.614.199,46
Fundo de Distribuição do Superávit	1.359.614.199,46

⁽¹⁾ Líquido dos Exigíveis Operacional e Contingencial e dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

⁽²⁾ Líquido dos Fundos Administrativo, Assistencial e de Investimentos.

Observamos que:

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada, já concedido em pensão por morte, foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos”, assim como a reserva da pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado válido.

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez, já concedido em pensão por morte, foi contabilizada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”, assim como a reserva de pensão por morte concedida em função do falecimento de aposentado inválido.

A reserva de pensão por morte concedida, em função do falecimento de participante ativo, foi registrada na conta “Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos”.

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria programada a conceder em pensão por morte foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado”.

A reserva de reversão do benefício de aposentadoria por invalidez, a conceder em pensão por morte, foi contabilizada na conta “Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado”, assim como a reserva de pensão por morte a conceder de participante ativo.

Os valores apresentados foram obtidos considerando-se:

1. O Regulamento do Plano de Benefício Definido vigente em 31/12/2010, Plano este que se encontra em extinção, e cujas principais características estão descritas no item “Características do Plano” do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA);
2. Os dados individuais, posicionados de 31/07/2010, dos participantes e beneficiários do Plano fornecidos pela VALIA à Mercer, que, após a realização de testes apropriados

e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial. Algumas das características da população avaliada encontram-se no item “Informações Gerais” do DRAA;

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral, utilizada para a avaliação atuarial deste exercício, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a VALIA, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

3. A avaliação atuarial procedida, com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano;
4. Os dados financeiros e patrimoniais, fornecidos pela Valia à Mercer, bem como o valor do Fundo Previdencial.

O Fundo de Distribuição do Superávit foi constituído e está sendo utilizado, conforme previsto nos Artigos 132 e 133 do Regulamento do Plano de Benefício Definido.

O Patrimônio para Cobertura do Plano é superior às Provisões Matemáticas, caracterizando uma situação de desequilíbrio positivo do plano. Com base no Superávit Técnico Acumulado apurado foi determinada Reserva de Contingência, correspondente a 25% das Provisões Matemáticas, e a Reserva Especial para Revisão de Plano, correspondente ao excesso do Superávit em relação à Reserva de Contingência.

Para fins de análise, na Avaliação Atuarial do exercício de 2010, também foram apurados os resultados utilizando as hipóteses mínimas estabelecidas no artigo 9 da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008 (tábua de mortalidade geral AT-2000 e taxa real de juros de 5% a.a). Considerando essas premissas não há constituição da Reserva Especial para Revisão do Plano.

3. Hipóteses e Métodos Atuariais Utilizados

As principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas foram:

Taxa real para desconto da obrigação atuarial ⁽¹⁾	6% a.a.
Taxa real média de crescimento salarial ⁽¹⁾	3% a.a. até 47 anos 0% a.a. após 47 anos
Taxa real de crescimento do maior salário de benefício do INSS ⁽¹⁾	0% a.a.
Taxa real de crescimento dos benefícios do plano ⁽¹⁾	0% a.a.
Fator de capacidade do Salário e dos Benefícios Concedidos	0,99
Hipótese sobre gerações futuras de novos entrados	Não aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não utilizada
Tábua de mortalidade geral	AT83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT83
Tábua de entrada em invalidez	Aplicação do fator 3,0 à taxa de invalidez da tábua Álvaro Vindas
Composição familiar (Cx e Hx)	Experiência Valia
Idade na data de aposentadoria	Informada pela Valia, considerando as carências de tempo de empresa, tempo de VALIA, aposentadoria por tempo de serviço aos 30/35 anos de tempo de vinculação à Previdência Social ou por idade aos 60/65 anos, sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial
Tempo de vinculação à Previdência Social	Informado pela VALIA sem conversão de tempo exercido em atividade sujeita à aposentadoria especial

⁽¹⁾ O indexador utilizado é o INPC do IBGE.

O método atuarial adotado foi o “Agregado” para a avaliação de todos os benefícios do plano. O benefício de auxílio-doença é pago pela Valia a partir do 25º mês, sendo adotados os mesmos procedimentos da Suplementação de Aposentadoria por Invalidez para fins de custeio.

Informamos que as hipóteses atuariais e econômicas e os métodos atuariais utilizados na presente avaliação atuarial

são os mesmos utilizados na avaliação atuarial referente ao exercício de 2009.

Em nossa opinião, as hipóteses e os métodos utilizados nesta avaliação atuarial, com data-base de 31/12/2010, são apropriados e atendem à Resolução nº 18 do CGPC, que estabelece os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

4. Plano de Custeio e Contribuições para o Exercício de 2011

Certificamos que, de acordo com a legislação vigente, os patrocinadores e os participantes deverão efetuar contribuições para o Plano de Benefício Definido com base nos seguintes níveis:

- Patrocinadores

- Contribuição: 20,0084% da folha de salários. Este percentual inclui o carregamento para cobertura das despesas administrativas do plano;

Observação: o carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

- Participantes ativos e assistidos

- 3% da parcela do salário/benefício até meio-teto da previdência social;
- 3,7% da parcela do salário/benefício entre meio-teto e o teto da previdência social;

- 10,7% da parcela do salário/benefício acima do teto da previdência social.

Observação: o carregamento para cobertura das despesas administrativas corresponde a 8% do total das contribuições.

Do valor das contribuições do patrocinador e dos participantes que não estão em gozo de benefício, 97,1% são destinadas à cobertura dos benefícios programados e sua respectiva reversão em pensão, e 2,9% destina-se à cobertura dos benefícios de risco.

Do encargo dos benefícios concedidos de pensão por morte, 71,07% são oriundos de aposentadorias programadas e o restante é proveniente de participantes falecidos em atividade ou aposentados por invalidez.

O plano de custeio apresentado neste Parecer e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Valia passa a vigorar a partir de 01/01/2011.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2011.

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



Maria Cláudia Xavier Fernandes
M.I.B.A. nº 509

2010

Relatório Anual

PLANO BD

CNPB 1973000156

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Acumulado - dezembro 2010

DESCRIÇÃO	PGA - BD		
	Previdencial	Investimentos	Total BD
Despesas Administrativas (A+B+C)	22.726.535	11.684.146	34.510.334
Despesas Comuns (A)	21.137.226	10.825.383	31.962.609
Pessoal e Encargos	9.904.081	6.681.331	16.585.412
Treinamentos	209.073		209.073
Viagens e Estadias	538.683	123.772	662.455
Serviços de Terceiros	5.835.777	1.508.360	7.344.137
Despesas Gerais	3.320.440	2.511.920	5.832.360
Depreciações e Amortizações	1.302.758		1.302.758
Outras Despesas	26.414		26.414
Despesas Específicas (B)	1.589.309	858.763	2.448.072
Contingências (C)			99.653

Acumulado - dezembro 2010

DESCRIÇÃO	PGA - CONSOLIDADO		
	Previdencial	Investimentos	Total Geral
Despesas Administrativas (A+B+C)	27.984.509	14.180.232	42.281.667
Despesas Comuns (A)	24.781.468	12.816.402	37.597.870
Pessoal e Encargos	11.620.906	7.841.925	19.462.831
Treinamentos	245.311	-	245.311
Viagens e Estadias	628.650	144.892	773.542
Serviços de Terceiros	6.845.838	1.769.807	8.615.645
Despesas Gerais	3.881.204	3.059.778	6.940.982
Depreciações e Amortizações	1.528.567	-	1.528.567
Outras Despesas	30.992	-	30.992
Despesas Específicas (B)	3.203.041	1.363.830	4.566.871
Contingências (C)			116.926

PARECER DO CONSELHO FISCAL E CONSELHO DELIBERATIVO

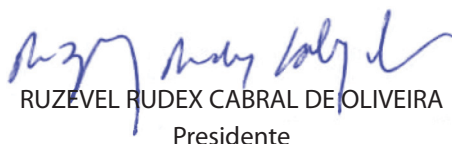
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após haver procedido ao exame das demonstrações contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, concluiu, com base na carta relatório dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, emitido em 23 de fevereiro de 2011, que as referidas

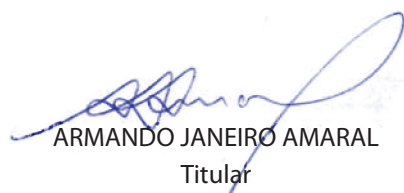
demonstrações refletem a posição patrimonial e financeira da Fundação, manifestando-se pela sua aprovação.

No entanto, o parecer dos auditores independentes só será emitido em seu formato final, após a divulgação do modelo pelo Instituto de Auditores Independentes – IBRACON que será utilizado para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2011.



RUZEVEL RUDEX CABRAL DE OLIVEIRA
Presidente



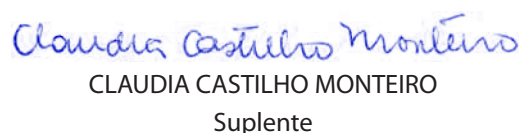
ARMANDO JANEIRO AMARAL
Titular



GERALDO MAGELA MELO SOBRINHO
Titular



RAFAEL GRASSI PINTO FERREIRA
Titular



CLAUDIA CASTILHO MONTEIRO
Suplente

CONSELHO DELIBERATIVO**DELIBERAÇÃO – Nº 01/2011**

O Conselho Deliberativo da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, no uso de suas atribuições legais e considerando:

1- O relatório de atividades, balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do fluxo financeiro e notas explicativas às demonstrações contábeis, relativos ao exercício findo em 31/12/2010, apresentados pela Diretoria Executiva da Entidade;

2- O parecer favorável da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes;

3- O parecer favorável do Conselho Fiscal datado de 23 de fevereiro de 2011;

Delibera por unanimidade,

Aprovar a citada documentação relativa ao exercício de 2010.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2011.



MARCUS VINICIUS DIAS SEVERINI
Presidente